

MÁRCIA HELENA DA SILVA FRAGA

**REFLETINDO SOBRE AS REDES SOCIAIS NO CUIDAR E EDUCAR EM
CONTEXTOS DE FAMÍLIAS COM FILHOS MENORES DE SEIS ANOS DE
IDADE**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Economia
Doméstica, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2011

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

F811r
2011

Fraga, Márcia Helena da Silva, 1982-

Refletindo sobre as redes sociais no cuidar e educar em contextos de famílias com filhos menores de seis anos de idade / Márcia Helena da Silva Fraga – Viçosa, MG, 2011. xii, 79f. : il. ; 29cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Maria de Lourdes Mattos Barreto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 70-73

1. Família - Rede de relações sociais. 2. Crianças - Educação. 3. Qualidade de vida. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22. ed. 306.85

MÁRCIA HELENA DA SILVA FRAGA

**REFLETINDO SOBRE AS REDES SOCIAIS NO CUIDAR E EDUCAR EM
CONTEXTOS DE FAMÍLIAS COM FILHOS MENORES DE SEIS ANOS DE
IDADE**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Economia Doméstica, para
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de junho de 2011.

Profa. Maria das Dores Saraiva de Loreto
Coorientadora

Prof. Douglas Mansur da Silva

Profa. Maria de Lourdes Mattos Barreto
Orientadora

**A Deus, que me deu vida,
saúde e equilíbrio para realizá-lo;
e ao meu filho Samuel, que me inspirou este tema.**

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, percebo a importância do apoio que recebi, diante dos desafios que a vida me impôs. Com um filho de 2 anos de idade e toda a complexidade do trabalho de mulher, mãe e profissional, não teria dado continuidade a este Programa se não fosse a ajuda daqueles que participaram direta ou indiretamente da minha vida:

Ao Senhor meu Deus, sustentador e remidor da minha vida, a quem devo toda honra, glória e louvor.

Ao meu esposo Dênis e ao meu filho Samuel, por todo apoio e pela compreensão das minhas limitações e ausências.

Aos meus pais, pela educação e pelo amor desde o princípio da minha existência.

Aos meus irmãos, por terem me acompanhado, participado e contribuído para a conclusão deste trabalho.

Ao Diretor-Geral do IFMG – *Campus* Bambuí, Professor Flávio Vasconcellos Godinho, por, além de me proporcionar esta oportunidade, me incentivou, oferecendo todo o apoio para que se tornasse possível este trabalho.

Aos meus colegas docentes e suas famílias, por participarem desta pesquisa.

A todos os meus colegas do IFMG – *Campus* Bambuí, participantes da turma do MINTER, pela torcida.

Aos meus demais colegas de trabalho, pela amizade e pelo companheirismo do dia a dia.

À minha irmã Rita, por, além de colega de trabalho, ser um grande apoio nas horas difíceis, oferecendo-me compreensão e amizade.

Ao Departamento de Economia Doméstica e à UFV, especialmente à Profa. Maria de Lourdes Mattos Barreto, pela orientação desta pesquisa.

À Coordenadora do Programa de Mestrado do Departamento de Economia Doméstica e minha coorientadora Professora. Maria das Dores Saraiva de Loreto, pelo seu equilíbrio que transmite confiança.

À Professora Angela Maria Soares Ferreira, pela participação na minha banca de defesa.

Às minhas amigas de Viçosa Noêmia, Jô e Denise.

Aos meus irmãos da Igreja Cristã Maranata de Bambuí, Iguatama e Viçosa, pelas orações.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

BIOGRAFIA

MÁRCIA HELENA DA SILVA FRAGA, a mais nova dos oito filhos de Fernando Antônio de Pádua e Silva e de Nilza Andrino de Melo Silva, nasceu no dia 9 de fevereiro de 1971, na cidade de Bambuí, MG.

Aos 18 anos, mudou-se para a cidade de Uberlândia, onde concluiu o ensino médio, buscando oportunidade no mercado de trabalho. Foi aprovada no Vestibular para o Curso de Letras da Universidade Federal de Uberlândia, mas não teve condições de ingressar na Universidade, pois se mudou para Belo Horizonte, aos dezenove anos de idade, em busca de colocação profissional. Atuando profissionalmente na área de Administração de Empresas desde 1991, trabalhou no SEBRAE/MG, Conselho Regional de Administração/MG, Centro Universitário - UNA e fez estágio na FIAT Automóveis, em Betim, MG. Em Belo Horizonte, ingressou no Curso de Administração de Empresas do Centro Universitário Izabella Hendrix, graduando-se no ano de 1999.

Em 2007, concluiu a Pós-Graduação, na modalidade *Lato Sensu*, em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro.

A partir de julho de 2005, começou sua vida acadêmica como Professora Substituta na área de Gestão do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí, MG, cumprindo seu contrato até julho de 2006.

Aprovada em Concurso Público de Provas e Títulos para Professor de Administração do então CEFET Bambuí, MG, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, tomou posse em 9 de setembro de 2006 como Professora Efetiva das Disciplinas de Administração.

Em 2009, ingressou no Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, MG, submetendo-se à defesa da dissertação em junho de 2011.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVOS	10
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
2.1. Tipo de pesquisa	12
2.2. O processo de construção das entrevistas: projeto-piloto.....	13
2.3. Unidade de estudo	14
2.4. População e amostra	15
2.5. Critério de seleção da amostra.....	16
2.6. Operacionalização da pesquisa	18
2.7. Método de coleta de dados	19
2.8. Procedimentos de análise dos dados.....	20
3. MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL: A FAMÍLIA E O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NO CUIDADO E NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA	22
3.1. Família moderna e suas complexas mudanças	22
3.2. A necessidade das famílias e o apoio das redes sociais.....	26
3.3. O cuidar e o educar	32
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	42

4.1. Caracterização do perfil socioeconômico familiar, do cuidado e da educação das crianças.....	42
4.2. Morfologia e Papel das Redes Sociais de Apoio à Família.....	50
4.3. Ações e eficácia das redes sociais ativadas pela família no cuidado e na educação das crianças menores de seis anos de idade.....	56
4.4. Importância das instituições formais de educação infantil como rede de apoio às famílias com filhos pequenos.....	61
4.5. Estratégias adotadas pelos familiares em face da inexistência ou impossibilidade de redes de suporte no cuidado dos filhos.....	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6. REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Beneficiários do auxílio-creche no IFMG – <i>Campus</i> Bambuí	8
Quadro 2 – Demonstrativo da amostra da pesquisa, Bambuí-MG	18
Quadro 3 – Composição familiar: idade e sexo, Bambuí-MG	43
Quadro 4 – Caracterização por gênero, formação e profissão dos entrevistados, Bambuí-MG44	
Quadro 5 – Demonstrativo de ocupação dos entrevistados, Bambuí-MG	45
Quadro 6 – Renda mensal das famílias entrevistadas, Bambuí-MG	45
Quadro 7 – Expectativas dos entrevistados em relação ao cuidador pago, Bambuí-MG	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização de Bambuí-MG.....	5
Figura 2 – Sequência da análise amostral.....	17
Figura 3 – Pirâmide das Necessidades de Maslow.....	39

LISTA DE SIGLAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CGRH	Coordenadoria Geral de Recursos Humanos
DINTER	Programa de Doutorado Interinstitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEI	Instituições de Educação Infantil
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Km	Quilômetros
LDB	Lei de Diretrizes Básicas da Educação
LDH	Laboratório de Desenvolvimento Humano
LDI	Laboratório de Desenvolvimento Infantil
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MINTER	Programa de Mestrado Interinstitucional
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica
S/A	Sociedade Anônima
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UTI	Unidades de Tratamento Intensivo

RESUMO

FRAGA, Márcia Helena da Silva, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2011. **Refletindo sobre as redes sociais no cuidar e educar em contextos de famílias com filhos menores de seis anos de idade.** Orientadora: Maria de Lourdes Mattos Barreto. Coorientadoras: Maria de Lourdes Saraiva de Loreto e Neide Maria de Almeida Pinto.

Diante das várias mudanças da família ao longo do seu ciclo de vida, o apoio das redes sociais é fundamental ao enfrentamento de transições, como o cuidar e educar filhos de 0 a 6 anos de idade, pois, neste estágio, muitos são os problemas enfrentados pela família. As redes de apoio social formal ou informal podem possibilitar o alcance de maior equilíbrio na conciliação das atividades laborais e familiares. No entanto, nem sempre se pode contar com o apoio dessas redes sociais, buscando-se, muitas vezes, alternativas que influenciam na própria estrutura familiar, como a renúncia de um dos cônjuges pela sua participação no mercado de trabalho. Assim, este estudo descreve a morfologia das redes sociais acionadas pelas famílias com filhos pequenos e seu papel na vida familiar de docentes de instituição de ensino público federal, que chegaram à cidade de Bambuí, MG, desde o ano de 2006. E esse foi o problema do estudo: Qual papel as redes sociais exercem no cuidado e educação das crianças menores de 6 anos de idade das famílias com filhos pequenos, representadas pelos servidores do IFMG – Campus Bambuí? e em que situações essas famílias recorrem às redes sociais e qual sua adequabilidade no suporte às famílias? A pesquisa, de natureza qualitativa, descritiva e compreensiva, fez uso de entrevista a 19 pais com filhos menores de 6 anos de idade, incluídos no quadro de efetivos do IFMG – Campus Bambuí, desde o ano de 2006. Os resultados apontaram que as Instituições de Educação Infantil, enquanto rede social

formal, tiveram grande destaque em relação às outras redes formais, como o cuidador pago, porém, apesar de sua importância e demanda crescente pelos seus serviços, as IEs da cidade de Bambuí são em número reduzido, não oferecendo alternativas ao seu público-alvo, que são as famílias com pais profissionais e filhos menores de idade. As redes sociais interferiam no cotidiano das famílias, contribuindo para um melhor equilíbrio e funcionamento da vida familiar. A inexistência e, ou, limitações desse suporte às famílias reforçam os papéis estereotipados de gênero, quando o cuidado é visto como função da mulher-mãe. Essa discussão abrange aspectos comportamentais dos docentes perante a interface trabalho remunerado e sua família, com reflexos na qualidade de vida da família e do trabalho.

ABSTRACT

FRAGA, Márcia Helena da Silva, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2011. **Reflecting on the social networks on the care and education in the contexts of families with children younger than six years of age.** Adviser: Maria de Lourdes Mattos Barreto. Co-Advisers: Maria de Lourdes Saraiva de Loreto and Neide Maria de Almeida Pinto.

Because families face changes over its life cycle, the support of social networking is key to tackling transitions such as the care and education of children at 0 to 6 years of age because families face many problems during this phase. Formal or informal social support networks may enable the achievement of greater balance in the conciliation of work and family activities. However, not always can families count on the support of these social networks, so many times the families search for alternatives that influence family structure, such as the resignation of one of the spouses by its participation in the labor market. Thus, this study describes the types of support received by families with young children and their roles in the family life of teachers of institutions of public federal schools, who have arrived in Bambuí in the last five years. Thus, the problem of the study focused on the following question: what role do social networks play in the care and education of children from 0 to 6 years of families with young children, represented by the workers of IFMG – Campus Bambuí, and in which situations do these families rely on social networks and what its adequacy in supporting families? This study was conducted in a qualitative descriptive and explanatory approach. Nineteen parents with children under 6 years of age, working at IFMG-Campus Bambuí since 2006 were interviewed. Results showed that Education institutions for children as a formal social network stood out when compared to other

formal networks, such as the paid caregiver, but despite its importance and increasing demand for its services, the education institutions of Bambuí are in a small number, not offering alternatives to its target public, which are the families with parents who are professionals and with children who are minors. The social networks interfered in the daily lives of families, contributing to the improvement of the quality of life of the group and functioning of the family. Lack and or limitations of this kind of support to the families reinforce stereotyped roles of the gender when the care is seen as a task of woman-mother. This discussion covers behavioral aspects of the teachers by the paid job interface and their families with reflects on the quality of life of the family and work.

1. INTRODUÇÃO

A família, ao longo do tempo, tem passado por mudanças, derivadas, dentre outros fatores, do ciclo de vida, que engloba os problemas e desafios em relação à sua função na sociedade. Segundo Giele e Elder (1998, p. 22), o ciclo de vida é: “uma sequência de eventos sociais e papéis que indivíduos assumem em um espaço de tempo”. Essa sequência, na opinião de Carter e McGoldrick (2008), pode levar ao estresse familiar, que é geralmente maior nos pontos de transição dos estágios, ou seja, de um estágio para o outro, no processo de desenvolvimento familiar, as reações ao estresse tendem a aparecer mais quando há uma interrupção ou deslocamento no ciclo de vida familiar em desdobramento.

Muitos autores dividiram o ciclo de vida familiar em diferentes estágios. Para Carter e McGoldrick (2008), a análise mais amplamente aceita é a da separação do ciclo de vida familiar em estágios, todos referentes aos eventos modais relacionados às idas e vindas dos membros da família, como o casamento, o nascimento e a educação dos filhos, a saída dos filhos do lar, a aposentadoria e a morte. No decorrer do estágio “Famílias com Filhos Pequenos”, observou-se que muitos são os problemas enfrentados pela família. No moderno casamento, onde estão presentes dois salários (e, às vezes, duas carreiras), o conflito central se dá quanto à disposição das responsabilidades e dos cuidados com a criança, além da execução das tarefas domésticas (CARTER; MCGOLDRICK, 2008). Conforme Araújo e Scalon (2007), quando os pais trabalham em tempo integral, a participação da mulher no mercado de trabalho não é acompanhada por um modelo mais igualitário de repartições de tarefas domésticas, ficando para ela a maior responsabilidade de “educar” e “cuidar” dos filhos.

Quando a família dispõe de uma rede social formal ou informal (instituições de educação ou redes de parentesco), geralmente há maior possibilidade de alcançar equilíbrio na conciliação das atividades laborais e familiares. Para a compreensão desse tipo de rede¹, é necessário entender a palavra-chave “vínculo”, que corresponde ao íntimo das relações da pessoa, ao aspecto interpessoal de maior significado afetivo do indivíduo, no qual se podem compreender a família, a amizade, as relações de trabalho ou de estudo e as relações comunitárias ou de crença religiosa nos seus mais variados atributos. É no vínculo que se constitui a rede social individual de uma pessoa.

Examinando mais essas redes, ou seja, o ambiente imediato das famílias, seus relacionamentos reais externos com amigos, vizinhos, parentes, clubes, lojas, locais de trabalho, e assim por diante, Both (1976) afirma que os relacionamentos sociais externos das famílias parecem assumir muito mais do que a forma de um grupo organizado, no qual os indivíduos formam um todo social mais abrangente, com objetivos comuns, papéis interdependentes e uma subcultura peculiar. Assim, compreende-se a rede social como a adição de todas as relações que um indivíduo percebe enquanto significados ou diferentes do contexto social. Não é por acaso que se considera a rede social como uma extensão do parentesco, da amizade e da classe social. É um circuito social construído por elos de afinidade, formando uma “rede” ou “teia” que liga e une os indivíduos.

Na formação das redes, somente alguns indivíduos podem ter relações sociais uns com os outros. Como argumenta Both (1976), há variações nos graus de conexidade das redes, isto é, na extensão do espaço relacional. Tais diferenças estão associadas às diferenças nos graus de segregação dos papéis conjugais. Pode-se inferir, então, pelo pensamento desse autor, que o grau de conexidade das redes interfere na relação familiar, produzindo uma rígida segregação no lar, uma vez que cada membro pode obter, individualmente, ajuda de pessoas de fora do lar e estas nem sempre estarão objetivando a mesma direção.

Numa outra linha de pensamento e manifestando os benefícios das redes sociais na família, podem ser encontrados na literatura vários autores, como Jussani,

¹ Segundo Portugal (2006), as redes sociais podem assumir três tipos: rede de íntimos, considerada pelas pessoas como importantes para si mesmas; rede de interação, que compreendem aqueles membros com que as famílias interagem em dado tempo; rede de troca, que inclui pessoas que compensariam ou penalizariam as trocas, que praticam ajuda material, prestação de serviços, aconselhamento e companhia.

Serafim e Marcon (2007), que afirmam que compreender a forma como as pessoas vivem, seus valores e percepções acerca do mundo possibilita entender e contribuir para o bem-estar das pessoas, ou seja, para as relações interpessoais mantidas entre as pessoas e suas influências relacionais no seu cotidiano. É que o indivíduo, desde o seu nascimento até a morte, participa de uma trama interpessoal que o influencia: a sua rede social. Cada indivíduo possui uma rede microsocial, o que contribui para a construção de si mesmo, de seu caráter, da sua visão de mundo e de suas práticas sociais e interações com o mundo em que vive.

Ainda, Jussani et al. (2007) afirmam que, geralmente, quando as pessoas deparam com dificuldades, problemas ou dúvidas, estas recorrem primeiramente às suas redes sociais, em face, até mesmo, da proximidade territorial das relações. Assim, as redes sociais podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida, pois oferecem suporte à família e ao indivíduo. Poderiam ser encontrados conceitos que referenciam a rede social, como um grupo de familiares de forma mais extensa (avós, primos, primos), de amigos, de vizinhos e de profissionais, os quais podem auxiliar, oferecendo suporte de diferentes tipos. Este suporte pode ser do tipo emocional, que conflui admiração e afeto; de natureza de afirmação, ou seja, possibilita reforçar comportamentos, valores e percepções; do tipo instrumental, no qual se efetiva a ajuda material ou simbólica; e pode ser um suporte de orientação e informação, onde se dá complementos de conteúdos.

Nessa mesma linha de raciocínio, os referidos autores afirmam que, para enfrentar situações estressantes, a exemplo de se tornar pai ou proceder por um longo período ao cuidado de doentes, bem como para o alívio do estresse físico e mental, ou seja, para a manutenção da saúde mental, são fundamentais os suportes contemplados pelas redes sociais. Isso é facilmente identificável no dia a dia, quando nos deparamos com sua influência na socialização da criança no ambiente escolar, ou mesmo nas reações da criança diante da possibilidade de hospitalização, entre outras. Dessa forma, um indivíduo se sente protegido, quando presente em uma rede social pessoal estável, sensível, ativa e confiável, que resulta na construção do indivíduo e manutenção da sua autoestima. Assim, cremos que a família como um grupo social também possua uma rede de convivência, que possibilita o suporte em relação a diversos aspectos da vida de seus membros.

O tempo histórico, o contexto socioeconômico e cultural e a fase de desenvolvimento do indivíduo e da família, conquanto um grupo constituído, como

afirmam Jussani et al. (2007), podem alterar a composição e a função das redes sociais, ou seja, uma rede social possui caráter dinâmico, já que se modifica tanto com o decorrer do tempo quanto com as mudanças vivenciadas pelas pessoas. Isso se dá porque é formada pelo conjunto de pessoas com as quais interagimos regularmente, onde há trocas de comunicação e onde os significados se corporizam, tornando-se reais.

Para os autores, ainda, um dos momentos que verificamos alterações na rede social pode ser no contexto da fase de desenvolvimento do ciclo familiar e histórico, qual seja, no nascimento de um filho, em face das alterações estruturais e emocionais do grupo familiar e de suas novas necessidades. Daí a importância de conhecer as redes sociais que se relacionam com cada família, pois assim é possível compreender o suporte que poderá ser ou não fornecido. Não é incomum, para os citados autores, a existência de redes sociais que não possibilitam o suporte adequado e esperado, mas é sempre bom lembrar que todo suporte é uma manifestação de apoio entre os indivíduos.

Nesse contexto, considerando a importância da família no cuidado e na educação dos filhos, pretendeu-se, neste estudo, identificar as redes de apoio às famílias de camadas médias da população, representadas pelos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) – *Campus Bambuí*, que chegaram a partir de 2006 e que estão em fase de expansão do ciclo de vida, decorrente do nascimento de filhos ou com crianças de até seis anos de idade. Especificamente, procurou-se identificar os nós ou componentes de suas redes sociais, bem como os laços ou a natureza das relações, além da importância dessas redes formais e informais no cuidado e na educação das referidas crianças.

Considera-se que esse estudo, enquadrado na linha de pesquisa “Família, Bem-Estar Social e Qualidade de Vida”, permite conhecer os comportamentos, valores e receios da família nessa fase de seu ciclo de vida, bem como os suportes com os quais ela pode contar para o cuidado e a educação dos filhos; isto é, permite compreender a morfologia e o papel das redes sociais para essas famílias de camadas médias da população, residentes no município de Bambuí/MG.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE, 2010), a cidade de Bambuí/MG, com 22.709 habitantes, está localizada na região do centro-oeste de Minas Gerais (MG), distante 270 km de Belo Horizonte (Fig. 01). A cidade possui densidade populacional de 15,5 habitantes/km² e Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,788, inferior ao estadual, 0,799, e ao nacional, 0,813, o que a caracteriza como um centro urbano em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza (IBGE, 2009). Localizada próximo ao Parque Nacional da Serra da Canastra, é reconhecida no meio turístico como a cidade “portal da Canastra” (ASSOCIAÇÃO SERRA DA CANASTRA, 2010). As principais atividades de Bambuí são a extração de caolim e a produção de café, arroz, milho e soja (IBGE, 2009). Além disso, a economia da cidade está sendo movimentada pelo complexo agroindustrial Total Agroindústria Canavieira S/A, para fabricação de álcool anidro e açúcar, gerando empregos e serviços na região.



Figura 1 – Mapa de localização de Bambuí-MG.

Fonte: ASSOCIAÇÃO SERRA DA CANASTRA, 2010.

Com base nos números indicativos de candidatos aos últimos processos de seleção e exames vestibulares do IFMG – *Campus* Bambuí, também pode-se observar uma demanda crescente pelos cursos e, conseqüentemente, o aumento do quadro de servidores desta Instituição para se adequar a esta demanda, causando um crescimento desordenado na cidade, tanto pela periferização populacional quanto pela exigência de maior infraestrutura de saneamento básico. Essas situações demonstram que a cidade tem necessidade de planejar seu crescimento urbano e também de ampliar os serviços de atendimento a essa população crescente, pois, até então, sua maior atenção estava voltada para a zona rural em razão da natureza de sua economia, destacando-se a agricultura e a pecuária.

Tratando o contexto das famílias de classe média, atraídas pelas oportunidades de trabalho oferecidas pelo IFMG, percebe-se que a expansão do trabalho feminino, que passou de 39,6% em 1993 para 44,7% em 2009 (IBGE,

2009), possibilita à família recorrer às redes sociais formais e informais para o cuidado e a educação dos filhos menores. Assim, se a família não possui mais as funções antes delegadas a ela prioritariamente, como o cuidado e a educação dos filhos, então outros grupos ocupam-se delas. Nesse sentido, a sociedade da era moderna tem-se estruturado de forma a atender às demandas geradas pelas lacunas deixadas, nos diversos momentos de mudança, em termos da estrutura familiar.

Ao chegarem à cidade de Bambuí, as famílias fazem uma tentativa de adequar as necessidades familiares àquilo que a cidade oferece, em termos de serviços, políticas públicas e infraestrutura. Em alguns casos, estas famílias possuem algum vínculo de parentesco com os habitantes da cidade, o que pode ou não facilitar o apoio às suas necessidades, em especial cuidado e educação dos filhos.

Essas considerações nos trazem inquietações sobre a perspectiva das famílias quanto ao cuidado e à educação de seus filhos. Teria a cidade a infraestrutura necessária para oferecer educação e cuidado para crianças menores? Por outro lado, reconhece-se a previsão legal de garantia de atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade, como constante no Inciso IV do Artigo 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), denominada Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), determinando em seu artigo 4º, enquanto Direito à Educação e do Dever de Educar que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a legislação pertinente aumenta a responsabilidade da família e do poder público em assegurar a efetivação dos direitos referente às crianças de 0 a 6 anos de idade. Além da determinação contida no termo legal, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece no seu Artigo 19 que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária. Não bastasse isso, também o seu Artigo 54 determina que “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente (...) Inciso IV: atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de

idade”. Porém, como o atendimento à faixa de 0 a 6 anos não é obrigatório, o Estado não tem obrigação legal de oferecer o atendimento gratuitamente.

Diferentemente da determinação legal de apoio do Estado às famílias, quanto ao cuidado e à educação de seus filhos menores de 6 anos, verifica-se que a cidade de Bambuí conta hoje com apenas quatro instituições formais de educação infantil, sendo três delas particulares e uma municipal. Diante desse restrito número, não há garantia de que os pais tenham suas expectativas satisfeitas com estas alternativas, preferindo buscar outras redes de apoio que consideram mais adequadas às necessidades de sua família.

Entende-se ser necessário abordar o apoio das redes de apoio à família, pois ela tem um papel importante na formação do indivíduo. Essa proposição se confirma, segundo Queiroz (2003), pois no seio da família é onde se encontra o meio propício à formação e à edificação do caráter que constituirão as individualidades humanas. No lar, a criança experimenta o primeiro contato social de sua vida, através da convivência com seus familiares. Mas a criança não frequenta e recebe influência apenas da família, mas, também, de outras redes sociais, sejam formais ou informais, como escolas, clubes, cuidadores, dentre outras.

Além disso, considera-se importante refletir sobre o contexto das famílias de camadas médias da população, sobre suas novas configurações, analisando a tarefa de cuidar e educar filhos, e sobre suas redes de apoio, bem como sobre os reflexos na qualidade de vida da família. Para análise e aprofundamento dessas questões, tomou-se como objeto de estudo as famílias dos servidores do IFMG – *Campus* Bambuí, que chegaram nesta cidade a partir de 2006, podendo ser dela naturais ou de outros centros urbanos.

Dados fornecidos pela Coordenação Geral de Recursos Humanos (CGRH), do IFMG – *Campus* Bambuí (IFMG, 2010), mostraram que o número de servidores² com crianças menores de 6 anos de idade tem crescido nos últimos cinco anos (Quadro 1).

² Consideram-se neste estudo servidores os docentes e os técnico-administrativos, de diferentes níveis de escolaridade.

Quadro 1 – Beneficiários do auxílio-creche no IFMG – *Campus Bambuí*

Pré-Escolar – Nº de beneficiários no período de 2005 a 2009					
	2005	2006	2007	2008	2009
Janeiro	43	45	43	44	46
Fevereiro	43	44	43	44	48
Março	44	43	52	45	47
Abril	41	42	53	45	48
Mai	40	42	42	44	50
Junho	40	42	41	44	49
Julho	38	38	41	39	48
Agosto	42	37	41	41	49
Setembro	45	35	41	47	50
Outubro	46	42	46	45	51
Novembro	46	43	46	46	49
Dezembro	46	40	52	47	51

Fonte: IFMG – Campus Bambuí, 2010.

Considerando a obrigatoriedade legal prevista no Decreto de nº 977/1993 (BRASIL, 1993), o IFMG – *Campus Bambuí* oferece a ajuda financeira governamental denominada “Auxílio-Creche”³ aos seus servidores com filhos menores de 6 anos. Contudo, questiona-se se com esta ajuda, em termos de valor, seria possível a provisão de cuidado e educação dessas crianças em um contexto como o de Bambuí (nenhuma destas instituições atende crianças menores de um ano de idade). Discute-se, pois, como as famílias teriam segurança em deixar crianças tão novas e necessitadas de cuidados especiais com pessoas praticamente estranhas, em uma região diferente da de sua origem? Caso não contassem com uma instituição de educação infantil, a que tipo de apoio essas famílias poderiam recorrer?

Questões inquietantes como essas foram trazidas para a pesquisa, no sentido de identificar e analisar os problemas vivenciados pelas famílias de camadas médias da população: o apoio que recebem, de quem recebem, como este apoio é acionado e sua adequabilidade ao papel que têm com relação ao cuidado e à educação dos filhos menores de 6 seis anos de idade na perspectiva dos servidores do IFMG – *Campus Bambuí*.

³ Auxílio-Creche: ajuda remuneratória paga pelo Governo Federal aos dependentes dos servidores públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, alcançando os dependentes na faixa etária compreendida do nascimento até seis anos de idade, em período integral ou parcial, a critério do servidor, e de dependentes excepcionais, até o limite para atendimento na idade mental, correspondente a seis anos. Este benefício não será percebido cumulativamente pelo servidor que exerça mais de um cargo em regime de acumulação; e deferido simultaneamente ao servidor e cônjuge. Na hipótese de divórcio ou separação judicial, o benefício será concedido ao servidor que mantiver a criança sob sua guarda (BRASIL, 1993).

Considerando a importância e obrigatoriedade legal de proteção e amparo da família em relação aos filhos, percebe-se que muitas são as limitações da família contemporânea em cumprir suas obrigações de assistir aos filhos. Nesse contexto, evidenciando a temática família e redes sociais, mantendo o foco na família como instituição em processo de mudança, nos propomos a investigar, sob os princípios da pesquisa explicativa e descritiva, a rede social como fator de estabilidade e segurança emocional, física e familiar junto aos servidores do IFMG *Campus* Bambuí. Desse modo, o problema do estudo centrou-se na seguinte questão: que papel exercem as redes sociais no cuidado e na educação das crianças menores de 6 anos das famílias de camadas média da população, representadas pelos servidores do IFMG – *Campus* Bambuí, chegadas nesta Instituição a partir de 2006, e em que situações estas famílias recorrem às redes sociais e qual sua adequabilidade no suporte às famílias?

A importância deste trabalho está no sentido de colaborar para a reflexão sobre a qualidade de vida das famílias de camadas médias da população, fornecendo dados para a comunidade local, para o poder público e para a iniciativa privada, a fim de que seja oferecido maior suporte institucional às famílias de Bambuí, conhecendo não somente as necessidades em torno do cuidado e da educação de crianças menores de 6 anos de idade, mas também as principais redes ativadas pelas famílias com esse propósito.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar a morfologia e o papel das redes de apoio às famílias de camadas médias da população, representadas pelos servidores do IFMG – *Campus* Bambuí, que chegaram à cidade nos últimos cinco anos e que estão em fase de expansão do ciclo de vida, decorrente do nascimento de filhos ou com crianças de até 6 anos de idade.

Para atender esse objetivo, pretendeu-se, especificamente:

- Identificar o perfil socioeconômico das famílias de camadas médias da população, representadas pelos servidores do IFMG – *Campus* Bambuí, com filhos menores de 6 anos de idade e que chegaram à Instituição a partir de 2006, caracterizando suas necessidades e limitações para o cuidado e a educação dos seus filhos.
- Caracterizar os nós, os componentes, as morfologias e os laços das principais redes de apoio às famílias dos servidores do IFMG – *Campus* Bambuí, tanto interna quanto externamente ao ambiente familiar.
- Examinar as ações desempenhadas pelas redes sociais e sua eficácia no cuidado e na educação das crianças menores de 6 seis anos de idade, na perspectiva dos pais e das mães.
- Analisar a importância das instituições formais de educação infantil e a sua colaboração para com as famílias de camadas médias da população.

- Analisar as estratégias adotadas pelas famílias, em face da inexistência ou impossibilidade das famílias acionarem as redes de suporte no cuidado dos filhos e suas implicações no funcionamento familiar.

Construímos a hipótese investigativa para esta pesquisa a partir do problema e dos objetivos traçados: as redes sociais formais e informais são imprescindíveis no cuidado e na educação das crianças de 0 a 6 anos de idade das famílias de camadas médias da população, sendo destacadas como um dos fatores responsáveis pela manutenção do equilíbrio e da dinâmica familiar.

No estágio “Famílias com Filhos Pequenos”, muitos são os problemas enfrentados pela família. As redes de apoio social formal ou informal podem possibilitar o alcance de maior equilíbrio na conciliação das atividades laborais e familiares. No entanto, nem sempre se pode contar com o apoio delas, buscando-se muitas vezes alternativas que influenciam na própria estrutura familiar, como a renúncia de um dos cônjuges pela sua participação no mercado de trabalho. Acreditamos que a pesquisa pode contribuir para uma reflexão sobre os limites e as possibilidades das famílias e maior compreensão das alternativas de apoio que podem ser ofertadas às famílias neste estágio de vida.

Evidencia-se também a importância deste estudo para a Economia Doméstica, em seu Programa de Pós Graduação (PPGED), mediante a sua reflexão na linha de pesquisa “Família, bem-estar social e qualidade de vida”, em face de análise dos questionamentos dos reflexos dos problemas enfrentados pelas famílias no meio social em que estão inseridas, em relação ao cuidado e à educação de seus filhos menores de 6 anos de idade. Entende-se relevante este estudo para o PPGED por ser realizada em uma cidade com as características de Bambuí, em que o crescimento demográfico foi causado pelas oportunidades oferecidas pelo IFMG – *Campus Bambuí*. Além disso, poderá induzir à realização de outros estudos e, conseqüentemente, à ampliação dos trabalhos de pesquisa propostos por este programa.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, buscou-se identificar o tipo de pesquisa, o processo de construção das entrevistas – o projeto piloto, a unidade de estudo, a população e a amostra, os critérios de seleção da amostra, a operacionalização da pesquisa, o método de coleta de dados e, finalmente, os procedimentos de análise dos dados.

2.1. Tipo de pesquisa

Para definirmos pesquisa de um modo mais amplo, devemos envolver desde o método de investigação até os procedimentos mais operacionais. Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito, cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação de conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais (DUARTE, 2002).

A pesquisa em questão foi realizada numa abordagem qualitativa, explicativa e descritiva, tendo como objeto de estudo as famílias de camadas médias da população, bem como as redes sociais a que recorrem para auxiliar no cuidado e na educação dos filhos menores de 6 anos de idade. Conforme Bauer (2002), na pesquisa qualitativa, haverá o interesse de como se expressam e falam as pessoas, de forma espontânea, e o que pensam sobre suas ações e as dos outros. Como estratégia, foi utilizada a pesquisa descritiva, que, segundo Gil (2007), tem como objetivo

principal “a descrição de característica de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2007, p. 42).

2.2. O processo de construção das entrevistas: projeto-piloto

O projeto piloto, que também pode ser chamado de pré-teste, é parte do processo de planejamento da pesquisa. Proporcionam a oportunidade de se testarem todos os aspectos da pesquisa antes das principais atividades de campo, garantindo, assim, ao entrevistador o bom funcionamento e o sucesso da pesquisa. Sua utilidade é a averiguação de variáveis que possam ser incluídas ou excluídas e se o conteúdo contempla todos os objetivos estabelecidos, sendo uma fase de teste quanto à validade e qualidade da entrevista final a ser elaborada. Para Yin (2005), ajuda a desenvolver o alinhamento relevante das questões e ainda das estratégias metodológicas utilizadas. Portanto, foi construído primeiramente um roteiro baseando-se nas questões investigativas da pesquisa, conforme os objetivos propostos, e nos indicadores empíricos para análise dos dados.

Um pré-teste é aplicado a uma amostra de indivíduos, que não precisa ser necessariamente a do público-alvo da pesquisa, com a finalidade de identificar problemas potenciais e aspectos de modificações necessárias no formato da entrevista. Pode-se sugerir a formulação de perguntas que justifiquem uma modificação em sua redação ou, ainda, a eliminação de perguntas por inconsistência. Assim, foi feito o pré-teste mediante a realização de entrevistas com servidores do IFMG – *Campus* Bambuí, nos meses de agosto e setembro de 2010. O critério adotado para a escolha dos entrevistados no projeto piloto se deu pelo fato de serem servidores da mesma instituição, ou seja, servidores do IFMG – *Campus* Bambuí, e fazerem parte do mesmo ambiente de trabalho. A opção de entrevistar técnicos administrativos nesta fase, e não os docentes, foi feita para que não houvesse repercussão da pesquisa no meio destes últimos, evitando interferência nos resultados.

Primeiramente, entrevistou-se uma servidora com um filho de 5 anos de idade. Depois de transcritos, verificou-se que os dados não eram suficientes para atender aos objetivos propostos e responder à questão investigativa. A partir desta primeira entrevista, o roteiro foi revisto na tentativa de testá-lo e adequá-lo ao intento

da pesquisa. Na segunda entrevista, com uma servidora cujo filho tinha 3 anos de idade, por ocasião da aplicação do pré-teste, verificou-se que, com pequenas revisões e alterações, os dados seriam suficientes para atender aos objetivos propostos. Este processo de revisão e reconstrução do roteiro de entrevista foi fundamental, pois a cada entrevista realizada, seguida de análise, voltava-se às questões e aflorava-se a percepção das imperfeições que poderiam prejudicar a questão investigativa.

Durante a execução do piloto, que se deu no espaço de trabalho do IFMG – *Campus* Bambuí, percebeu-se que as entrevistadas demonstravam claramente que se sentiam valorizadas ao falarem do seu papel de mãe no ambiente de trabalho. Isso proporcionou a elas um conforto psicológico por estarem dividindo com alguém pensamentos pessoais e sentimentos mais íntimos. A execução do projeto piloto foi de fundamental importância na construção do roteiro de entrevista, pois, através das entrevistas feitas neste sentido, tornou-se possível identificar lacunas, falhas e distorções no instrumento de coleta de dados.

2.3. Unidade de estudo

O IFMG – *Campus* Bambuí foi referência deste estudo na escolha de seus servidores por constituir a maior instituição da cidade em número de servidores públicos e, teoricamente, por ter maior número de famílias da camada média da população com filhos menores de 6 anos em um só local. Em função do crescimento e da transformação da instituição em 2008, antes um CEFET, para um Instituto Federal, o IFMG – *Campus* Bambuí tem atraído grande número de servidores e de suas famílias, onde um ou mais integrantes foram admitidos em concurso público como docente ou técnico-administrativo.

O IFMG – *Campus* Bambuí encontra-se sediado em cidade da região do centro-oeste de Minas Gerais (MG), região de origem da maioria de seus alunos, embora seu campo de abrangência inclua regiões estaduais do noroeste e do oeste mineiros, do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, além de outros Estados. Fica a uma distância de 260 km de Belo Horizonte e de Uberaba, a 240 km de Passos, a 630 km de Brasília e a 660 km de São Paulo (IFMG, 2011).

Conforme dados históricos (IFMG, 2011), o IFMG – *Campus* Bambuí teve sua origem como um Posto Agropecuário, com a função primordial de ser um Centro

de Treinamento de Tratoristas do Ministério da Agricultura, denominado Escola Agrícola de Bambuí, em 1961. Em 20 de agosto de 1968, agora como Colégio Agrícola de Bambuí, iniciou as atividades de ensino regular com o curso Técnico em Agropecuária. Em 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal, sendo transformada em autarquia em 1993. Até 1998, formou alunos com graduação em Técnicos Agrícolas de nível médio. Depois, com a reforma do Ensino Profissional, passou também a oferecer cursos para egressos do Ensino Médio: Técnicos em Agroindústria, Zootecnia, Agricultura e Informática. Em 17 de dezembro de 2002, por transformação da antiga Escola Agrotécnica Federal, foi criado o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Bambuí.

Atualmente, essa instituição federal de ensino integra o conjunto de *campi* do IFMG, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, que têm por finalidade e características ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos visando à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, vinculados ao Ministério da Educação (IFMG, 2011).

Assim, o IFMG – *Campus* Bambuí tem como finalidade formar e qualificar profissionais nos níveis básico, técnico, tecnológico, superior, licenciaturas e em Pós-Graduação *Lato Sensu*, em diversos segmentos e setores da economia, em estreita articulação com as demandas da sociedade e do mercado de trabalho. Além do Ensino Médio, o Instituto em questão oferece, atualmente, cursos técnicos e cursos de graduação e Pós-Graduação, contando também com cursos básicos de Qualificação, Requalificação e Reprofissionalização, independente da escolaridade apresentada pela clientela, valorizando o aprendizado pela prática, através do desenvolvimento de habilidades e competências e da geração de conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos.

2.4. População e amostra

O termo população ou universo é conceituado por Marconi e Lakatos (2005, p. 225) como “Conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo

menos uma característica em comum”. A delimitação da população, diz o mesmo autor, consiste em explicar que pessoas ou coisas, fenômenos, dentre outros, serão pesquisados, enumerando suas características comuns, como sexo, faixa etária, organização a que pertencem, e comunidade onde vivem.

A população constituinte desta pesquisa refere-se aos docentes do IFMG – *Campus* Bambuí, com filhos menores de 6 anos de idade, incluídos no quadro de efetivos da Instituição, a partir de 2006. Percebeu-se uma migração de famílias, na maioria das vezes casais, que, após terem alcançado a qualificação superior exigida para certames públicos na área de educação, optaram por buscar em Bambuí a estabilidade profissional através de ingresso por concurso público e, nesta cidade, fixaram residência. Portanto, com as aposentadorias dos antigos servidores e com o acréscimo de profissionais no quadro de docentes, revelou-se um significativo aumento do número de famílias em fase inicial do ciclo de vida, e atualmente quase 20% do total de docentes tem este perfil.

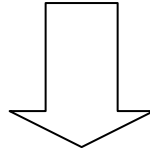
Este critério de definição de amostra foi adotado a partir da observação da chegada à cidade das famílias de servidores docentes do IFMG – *Campus* Bambuí, com um dos cônjuges ou, até mesmo, os dois, mantendo vínculo com a Instituição, recebendo assim o auxílio-creche, portanto, com filhos menores de 6 anos de idade. É certo que, na fase inicial do ciclo de vida, as famílias buscam alternativas de apoio apropriado para auxílio na educação e no cuidado de seus filhos, recorrendo a redes de apoio formais ou informais.

2.5. Critério de seleção da amostra

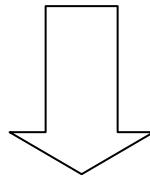
Para a delimitação da população a ser pesquisada, foi realizado levantamento do número de servidores efetivos do IFMG – *Campus* Bambuí, que ingressaram na instituição a partir de 2006 e que possuíam filhos até 6 anos de idade. Este período foi determinado em função do crescimento da Instituição nos últimos cinco anos, quando a Instituição passou de CEFET-Bambuí para IFMG – *Campus* Bambuí, tornando-se o maior *campus* do Instituto Federal de Minas Gerais.

Assim, com base nos dados fornecidos pela Coordenadoria Geral de Recursos Humanos do IFMG – *Campus* Bambuí sobre sua folha de pagamento de novembro de 2009, a análise amostral se constituiu de:

Servidores com filhos menores de 6 anos



Docentes do IFMG – *Campus* Bambuí



Chegados ao IFMG – Bambuí a partir de 2006

Figura 2 – Sequência da análise amostral.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

De acordo com a CGRH, em novembro de 2009 (IFMG, 2009), a Instituição possuía um quadro total de 102 docentes. Deste montante, apenas 17 docentes atendiam o critério da amostra, constituído por pais de filhos até 6 anos de idade e que chegaram à Instituição a partir de 2006. Contudo, havia dois casais que trabalhavam juntos no IFMG – *Campus* Bambuí. Considerando que se buscava entender apenas o que receberia o auxílio-creche, foi diminuído o número da amostra para 15 servidores docentes. Desses, cinco não participaram da entrevista, dois não responderam ao convite feito para a participação neste estudo; um fazia parte do programa de Mestrado Interinstitucional (MINTER) entre a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o IFMG – *Campus* Bambuí e, portanto, não atendia ao critério de morar em Bambuí por ocasião da pesquisa; um estava atuando em outro *Campus*; e um se encontrava no programa de Doutorado (DINTER) UFV/IFMG – *Campus* Bambuí e, igualmente, não poderia fazer parte da amostra. O Quadro 2 apresenta a amostra e o número de entrevistados.

Quadro 2 – Demonstrativo da amostra da pesquisa, Bambuí-MG

Total de Docentes	Critério da amostra	Obstáculos	Unidade Amostral	Número total de entrevistados
102	17 famílias	2 cônjuges 2 recusas 1 em outro <i>campus</i> 1 em Prog. MINTER 1 em Prog. DINTER	10 famílias	19 pessoas

FONTE: Dados da pesquisa, 2010.

Foram entrevistadas dez famílias, sendo que pai e mãe foram entrevistados, totalizando 19 pessoas, pois faz parte da amostra entrevistar um docente na condição de viuvez.

2.6. Operacionalização da pesquisa

Para serem produtivas, as entrevistas têm que ser desenvolvidas em profundidade e construídas com base na intimidade. Desse modo, as entrevistas se aproximam dos modos de falar entre amigos e, daí, permite-se afirmar que se assemelham à amizade. No entanto, como Portugal (2006) reconhece, as entrevistas em profundidade são muito diferentes das conversas entre amigos, porque o entrevistador irá sempre usar a informação obtida por esse meio para os seus próprios fins.

Após a seleção da amostra, foi feito um contato via *e-mail* com os servidores docentes do IFMG – *Campus* Bambuí selecionados a fim de informá-los sobre a seleção e participação da pesquisa, agendando horário e local de participação. Dentre os docentes, 90% escolheram como local para a entrevista o próprio IFMG – *Campus* Bambuí, disponibilizando os horários em que não estavam na sala de aula. A partir do retorno dos docentes, quanto ao aceite de participação, iniciaram-se as entrevistas.

De modo geral, a receptividade dos entrevistados à pesquisa foi positiva. A disponibilidade manifesta pelas famílias para contar aspectos de sua história de vida a uma colega de trabalho é um dado que poderia causar certo constrangimento, pois seriam informações pessoais. Porém, alguns não foram contactados pelos motivos expostos, totalizando 33,33%. Das 15 famílias selecionadas, 10 se dispuseram a participar da entrevista, representando 66,66% da amostra.

Assim, foram entrevistadas as 10 famílias, totalizando 19 entrevistados, incluindo-se pai e mãe, separadamente, para que houvesse uma possibilidade de

confrontar as informações dos discursos do pai e da mãe. O número de 19 entrevistados e não o de 20 explica-se pelo fato de uma das famílias ser monoparental, composta por pai viúvo.

2.7. Método de coleta de dados

Os métodos de coleta de dados foram análise documental e entrevista. Um dos métodos de coleta de informações mais empregados nas pesquisas sociais é a entrevista, que pode ser utilizada como uma técnica principal de um estudo ou, até mesmo, combinada com outras técnicas. É planejada e programada e está presente nos métodos de pesquisa em história oral, história de vida e observação, ocorrendo por contato telefônico, questionários e pessoalmente.

Inúmeras variantes fazem parte da entrevista, em que o entrevistador e entrevistado se encontram em local pré-determinado com o objetivo de discorrerem sobre o tema escolhido, que é o problema da pesquisa. Dessas variantes, a entrevista em profundidade, também chamada por Portugal (2006) de “via intermediária”, pretende encorajar o entrevistado a relatar, com suas palavras, suas experiências e atitudes que seriam relevantes para o problema a ser investigado. Assim, esta técnica de pesquisa permite explorar novas pistas e dimensões analíticas através das vivências e dos relatos pessoais dos indivíduos.

Para a coleta de dados, foi feita a entrevista em profundidade sobre o tema pesquisado junto às famílias selecionadas, mediante agendamento. Esse método tem a vantagem de apresentar, de forma geral, dados mais ricos, permitindo a obtenção de mais detalhes devido ao contato com o entrevistado, além de o entrevistador ter a possibilidade de esclarecer dúvidas em relação à compreensão das perguntas. Possui como desvantagens a disponibilização de um grande espaço de tempo, tanto nas entrevistas, quanto na transcrição íntegra dos dados gravados, para que não haja distorção. Por isso, a gravação das entrevistas é importante para se obterem dados mais fidedignos e que possam ser posteriormente utilizados (DA SILVA; MENEZES, 2001).

O instrumento utilizado na pesquisa consistiu de entrevista semiestruturada, que levou o pai e a mãe a falar da sua rotina diária e da sua vida familiar, principalmente no que se referia ao cuidado e à educação dos filhos menores de 6

anos de idade, suas dificuldades e possibilidades de apoio na conciliação entre o trabalho remunerado e a vida familiar. As entrevistas, registradas em gravação, em aparelho de *Mídia Player 3*, com o consentimento do entrevistado, foram realizadas nas residências das famílias pesquisadas ou no local de trabalho, de acordo com a indicação, preferência e disponibilidade dos entrevistados.

Adotou-se o critério de entrevistar o pai e a mãe em momentos distintos, separadamente, para evitar respostas tendenciosas entre eles, oferecendo, assim, um grande grau de liberdade nas suas respostas. Assim, no desenrolar das entrevistas, procurou-se focar o seu discurso na problemática da pesquisa e, para isso, houve um mínimo de direção na questão levantada, enquadrando no contexto de uma investigação com questionamentos específicos.

2.8. Procedimentos de análise dos dados

São destacadas, a seguir, as questões que foram respondidas e as categorias de tratamento dos dados e análises das informações, pois este trabalho teve como temática central o cuidar e educar filhos de até seis anos de idade em contextos de famílias de camadas médias da população e suas redes sociais, tomando como universo amostral os servidores do IFMG – *Campus Bambuí*. As entrevistas foram transcritas em sua íntegra, a partir da sua audição, após serem transpostas do MP3 para um computador.

Neste estudo, a análise das falas dos entrevistados obedeceu a cinco passos:

- Organização do material (escolha do que deveria ser analisado).
- Identificação de unidades de registro (expressões ou frases que indicam ideias centrais).
- Categorização (formação de conjuntos de características comuns – categorias).
- Grades de leitura (formada por unidades de registro e pelas categorias).
- Interpretação (feita a partir do referencial teórico selecionado).

Após a transcrição, as falas foram separadas em categorias para que fosse possível observar as semelhanças e frequências dos fatos ocorridos na vida do pai e da mãe. Em seguida, os dados foram lançados em Programa *Excel 7.0*, que possibilitou a leitura das informações de maneira sistematizada, buscando atender

aos objetivos propostos. As análises foram realizadas, baseadas nas informações contidas nos documentos e nos depoimentos das famílias entrevistadas.

3. MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL: A FAMÍLIA E O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NO CUIDADO E NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA

Considerando a importância e obrigatoriedade legal de proteção e amparo da família em relação aos filhos, percebe-se que muitas são as limitações da família contemporânea em cumprir suas obrigações de assistir aos filhos. Nesse contexto, evidenciando a temática família e redes sociais e mantendo o foco na família como instituição em processo de mudança, há a proposição de investigar, sob os princípios da pesquisa explicativa e descritiva, a rede social como fator de estabilidade e segurança emocional, física e familiar junto aos servidores do IFMG – *Campus Bambuí*. Para isso, entende-se que é necessário revisar o marco teórico-conceitual inerente à família moderna e suas mudanças; o papel das redes sociais, além da responsabilidade social compartilhada: cuidar e educar, além das características do cuidar e do educar.

3.1. Família moderna e suas complexas mudanças

Para Pinheiro e Biasoli-Alves (2008), o termo família deriva do latim *famulus*, que significa o “conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor”. Foi criado na Roma Antiga para designar um novo grupo social surgido entre as tribos latinas, pela introdução da agricultura e da escravidão legalizada. De acordo com as autoras, nessa época havia a predominância de estrutura familiar patriarcal, onde seus membros estavam sob a autoridade do mesmo chefe. Posteriormente, nos tempos medievais, as pessoas começaram a se unir mediante vínculos matrimoniais,

formando, assim, novas entidades. Atualmente, na cultura ocidental, uma família é definida especificamente como um grupo de pessoas de mesmo sangue ou unidas legalmente (WEBER, 2008).

Ainda para Pinheiro e Biasoli-Alves (2008), a palavra família, em um contexto léxico ou no senso comum, evidencia a reunião de pessoas aparentadas que habitam numa mesma casa, mais especificadamente os pais e filhos, bem como aqueles aceitos por adesão ou adoção. Afirmam ainda as autoras que esse conceito se modifica, conforme a sua localização nas mais variadas sociedades, quanto ao tempo e sua estrutura social, sofrendo interferência dos acontecimentos sociais.

Persistindo seu raciocínio, Pinheiro e Biasoli-Alves (2008) declaram que, especialmente nos grandes centros urbanos, a família nuclear eliminou a família extensa, sendo ainda reproduzidos novos arranjos familiares desvinculados de união legal. Nesse sentido, essas mudanças estão acompanhadas de alterações de comportamento no contexto religioso, econômico e no espaço sociocultural, continuamente renovado e construído. Essas mudanças resultam, portanto, em constante aumento de debates sobre a família.

Bourdieu (1998) define que família é um conjunto de indivíduos com relação de parentesco, unidos pelo vínculo matrimonial (aliança) ou estado de filiação, vivendo debaixo de um mesmo teto (co-habitação), aceitando-se, de forma excepcional, a adoção (parentesco). Essa definição deve ser feita a partir das análises das representações de que a sociedade entende por família, a qual desempenha um papel fundamental na questão da manutenção da ordem social, onde se produz não apenas a reprodução biológica, mas também a social, na construção do espaço social e das relações sociais pela acumulação e transmissão de privilégios diversos, como os econômicos, os culturais e os simbólicos. Em seu raciocínio, o autor acrescenta que a família é um produto de um verdadeiro trabalho de instituição e seus ritos objetivam a constituição de união, unidade e estabilidade em face das flutuações dos sentimentos individuais, sendo um princípio da realidade social.

Nesse sentido, Wagner et al. (2005) destacam que as demandas sociais, como o ingresso feminino no mercado de trabalho e sua participação efetiva no orçamento familiar, determinaram a mudança do modelo familiar. Contrapondo a uma estrutura familiar tradicional, considerada pelo pai como único provedor e, por outro lado, a mãe, como a única responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado e pela educação dos filhos, vê-se um processo de transição, na maioria das famílias

brasileiras, de nível socioeconômico médio. Percebe-se uma relativa divisão de tarefas atualmente, em muitas famílias, onde há o compartilhamento pelo casal das tarefas educativas e organização do dia a dia familiar.

Nessa mesma visão, Fleck e Wagner (2003) ressaltam que não ocorrem tais mudanças com a mesma intensidade e frequência, já que as diferentes configurações de famílias trazem repercussão na divisão de tais tarefas. Há a coexistência de modelos familiares com a tradicional divisão de papéis entre masculino provedor e feminino reprodutor; outros nos quais há a divisão de tarefas domésticas e educativas entre o homem e a mulher; e, finalmente, situação familiar em que a mulher é a principal mantenedora financeira do lar, acumulando as tarefas e maior responsabilidade pelo trabalho doméstico e educação dos filhos.

Greenstein (2000) e Rocha-Coutinho (2003) reiteram esse pensamento, afirmando que as mudanças relativas à maior participação da mulher no mercado de trabalho e de sustento econômico familiar não foram extensivas às mudanças de divisão das tarefas domésticas e da criação e educação dos filhos. Isso se torna latente quando o senso comum denomina o trabalho doméstico de “trabalho de mulher”

Observa-se que, enquanto trabalham, pai e mãe podem contar com o apoio de terceiros no cuidado e na educação dos filhos, mas as lacunas de tempo, como noite e fins de semana, seriam preenchidas pelo pai ou pela mãe repartindo igualmente as tarefas. Nesse contexto, introduz-se uma discussão que toma como aporte teórico a teoria feminista que tem investido no estudo de como este cuidado na família historicamente e de forma naturalizada se constitui muito atrelado ao sexo.

Assim, segundo Fraser (1991), não pode ser considerada como uma distinção *naturalis* de espécies a distinção entre o trabalho não remunerado de criar filhos pelas mulheres e outras formas de trabalho, do ponto de vista das funções de reprodução sexual. Nessa averiguação, é necessário obter garantia relativamente aos seus propósitos específicos de análise e avaliação e que necessitam ser comprovados mediante discussão. Para a autora, percebe-se que a classificação *naturalis* da criação de filhos como reprodução simbólica, confrontando outro trabalho como reprodução material e de viés ideológico, poderia ser utilizada, por exemplo, para tornar legítima a separação institucional entre o trabalho de criação de filhos e o trabalho remunerado. Diga-se que muitas feministas entendem essa separação como um pilar das modernas formas de subordinação das mulheres. Essa separação poderia até ser

utilizada em combinação com outros pressupostos, visando legitimar o confinamento das mulheres numa esfera separada.

Estudos empíricos efetivados no Brasil e nos Estados Unidos (FLECK; WAGNER, 2003; GREENSTEIN, 2000; ROCHA-COUTINHO, 2003) têm revelado que a continuidade na existência do padrão de tradicionalidade na divisão das tarefas domésticas ainda tende a seguir padrões relativamente tradicionais. Esse modelo persiste tanto em lares onde o ganho financeiro da esposa é maior que o do marido, como também onde esse se encontra desempregado, traduzindo comparativamente em quantidade muito maior de atividades do trabalho doméstico para as mulheres. Como se não bastasse tal condição, foi ainda verificado que a distribuição de tarefas domésticas segue a questão de gênero, homens em atividades braçais e as mulheres com as tarefas de cozinhar, lavar e passar roupas.

Com relação às variações vividas no contexto familiar, Acosta e Vitale (2007) afirmam que essas são particularmente difíceis, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência definições cristalizadas, que são socialmente instituídas pelos dispositivos disciplinares sociais, que têm nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas. Essas referências, ainda conforme Acosta e Vitale (2007), constituem os modelos do que é e como deve ser a família, ancoradas em uma visão que a considera como uma unidade biológica constituída segundo leis da natureza.

Nesse conceito, segundo Kaloustian (1994):

A família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais (KALOUSTIAN, 1994, p. 11).

Kaloustian (1994) ressalta que a família, como ambiente naturalizado, sofre uma desnaturalização em razão de ações internas e externas, em função da sua rede de relações na qual se movem os sujeitos da família, interferindo no crescimento da criança. As redes de relacionamento dentro das comunidades constituem um contexto

comum de significados que compõem sua cultura, numa ação contínua de troca de informações, crenças e valores.

Segundo Gasparoni (2007), as unidades familiares, no sentido de enfrentamento de crises e de outros fatores, conforme foi percebido desde muitos anos, podem modificar suas estruturas e a forma de como se dá a interação entre os membros; da reprodução social e dos papéis que são desempenhados por seus atores e seus valores individuais e coletivos; os motivados pela normatividade jurídica ou moral perseguida entre seus membros. Ainda, podem influir nessas alterações as condições pessoais, inclusive materiais, de seus membros.

Para a autora, não há mais a exclusividade do matrimônio como relação conjugal e o divórcio assume uma natureza contratual. Há uma multiplicidade de escolhas para a formação de novas famílias, o que repercute na relação entre pais e filhos. Isso resulta que não há igualmente exclusividade nos papéis sociais destinados a cada um dos sexos, antes firmados de forma rígida, ou seja, tem-se verificado que não há mais a função do homem como simples provedor, uma vez que a mulher vem conquistando ocupações de trabalho que eram geralmente consideradas do homem, pelos valores culturais, em função dos estereótipos de gênero. Resulta, também, que a diminuição de número de filhos por casais adultos e o aumento de paternidade e maternidade por adolescentes traduzem novas preocupações sociais, a exemplo de gravidez precoce, violência urbana e rural, consumo de drogas e outras mazelas.

Para Gasparoni (2007), diversos fatos que estão ocorrendo ao longo dos anos têm provocado essas alterações, que se traduzem em um processo de construção sociocultural de mudança de papéis do masculino e do feminino. Nesse sentido, é a cultura que vai construindo o conceito de família, dependendo de fatores políticos, econômicos e sociais, a cada momento, como resultado dos avanços culturais dos grupos, espaços e pessoas. Nesse contexto, são muitas as possibilidades de se conceituar a família, que depende do público pesquisado e de sua realidade contextual.

3.2. A necessidade das famílias e o apoio das redes sociais

As redes sociais estão inseridas nos mais diversos campos e áreas do conhecimento tanto pela valorização das relações interpessoais como pelo

desenvolvimento das formas de comunicação. Castells (2007) salienta que podemos caracterizar nossa sociedade como “sociedade em rede”, pois cada rede em que vivemos possui uma dinâmica em relação às demais, resultando na “primazia da morfologia social sobre a ação social”. Apesar da existência de diferentes formas de configuração, Amaral (2010) identifica nas redes sociais as seguintes características:

(...) objetivos compartilhados, construídos coletivamente; múltiplos níveis de organização e ação; dinamismo e intencionalidade dos envolvidos; coexistência de diferentes; produção, reedição e circulação de informação; empoderamento dos participantes; desconcentração do poder; multi-iniciativas; tensão entre estruturas verticais & processos horizontais; tensão entre comportamentos de competição & cooperação & compartilhamento; composição multissetorial; formação permanente; ambiente fértil para parcerias, oportunidade para relações multilaterais evolução coletiva & individual para a complexidade; configuração dinâmica e mutante (AMARAL, 2010, p. 04).

Portugal (2006, p. 139) afirma que uma rede social pode ser definida *como um conjunto de unidades sociais e de relações, diretas ou indiretas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável*. As unidades sociais podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos, informais ou formais, como associações, empresas, países. As relações entre os elementos da rede (transações monetárias, trocas de bens e serviços, transmissão de informações) podem envolver interação face a face ou não serem de naturezas permanentes ou episódicas.

Rede Social Primária ou Informal, como conceitua Sherer-Warren (1996), são redes de relações entre indivíduos, em decorrência de conexões anteriores, relações semiformalizadas que dão origem a quase grupos. Uma rede é formada por todas as relações que as pessoas estabelecem durante a vida cotidiana, isto é, por familiares, vizinhos, amigos, colegas de trabalho, organizações etc. As redes de relacionamento começam na infância e contribuem para a formação das identidades. Estando ainda no seio da família, cada membro busca pertencer a alguma rede de relacionamento, pois a família por si só não é suficiente para suprir todas as necessidades sociais, culturais e até mesmo emocionais de todos os seus membros.

Nesse raciocínio, o foco do estudo das redes sociais não deve incidir apenas sobre indivíduos isolados, como destacam Fazito e Soares (2010), mas também sobre os mais variados sistemas interativos de relações nas redes, contextualizando de forma estrutural e levando em consideração as mais variadas interações entre as

diferentes dimensões dessas redes (micro, meso e macro), para, então, definir suas características próprias de regularidades e de propriedades estruturais.

Para Wassermann e Faust (*apud* PORTUGAL, 2006), existem quatro princípios fundamentais na teoria das redes sociais: i) visão de interdependência entre os sujeitos; ii) existência de laços relacionais entre atores, pelos quais se percebem os canais em que circulam fluxos de recursos materiais e humanos; iii) modelos de redes centrados apenas nos indivíduos, que concebem as estruturas relacionais como meios que possibilitam a configuração de constrangimento das ações individuais ou de criar oportunidades; e iv) modelos de redes que conceituam a estrutura de relações entre os atores sociais.

Portugal (2006) afirma que a forma operacional das redes sociais se dá a partir da elaboração de simples questões: Quem faz parte das redes sociais? Quais os conteúdos dos fluxos das redes sociais? Quais as normas que regulam as ações das redes sociais? Para isso, analisando a questão “Quem”, ou seja, de análise da morfologia das redes sociais, são identificados os “nós” constituídos como os elementos das redes e os “laços”, caracterizados pelas relações entre os nós dessas redes.

Em função da estratégia metodológica adotada no dimensionamento dos nós e laços, as redes sociais podem assumir três tipos diferentes: a) as redes de íntimos, como as importantes para si mesmas; b) redes de interação, que verificam o relacionamento de membros externos com os quais, num determinado período temporal, as famílias interagem; e c) redes de troca, estando aí incluídos indivíduos que compensariam ou penalizariam as trocas, ajuda material e prestação de serviços, como também as formas de aconselhamento e companhia para os familiares (PORTUGAL, 2006).

Na sociedade vivenciada em redes sociais, famílias com diferentes arranjos estão em posição de destaque e são observadas como uma das principais redes de apoio e solidariedade, posto que estão no primeiro *locus* de socialização do sujeito. A esse respeito, afirmam Acosta e Vitale (2007):

(...) por mais precarizadas, vitimadas, vulnerabilizadas que se encontrem as famílias em situação de exclusão, há certamente iniciativas de resistência, há desejos de reconstituição ou de manutenção de vínculos e envolvimentos afetivos; há enfim, esperança de garantir na família o espaço de proteção (ACOSTA; VITALE, 2007, p. 134).

Também trabalhando nessa perspectiva de redes com famílias, Giongo (2001) afirma que o controle e proteção das pessoas não poderão ser satisfeitos unicamente pela família nuclear e extensa, já que deverá valorizar os contextos locais e as relações familiares com sua rede de convivência. Para o autor, não há imersão exclusiva no sentido de vida privada, já que todos os que vivem em sociedade participam, em algum momento, do espaço público. Também, nesse mesmo sentido, Amaral (2010) afirma que faz parte da atividade humana a rede de relações, presentes nas mais significantes relações ao longo da vida.

Bourdieu (1998) discute o papel das redes sociais na provisão de recursos quando as relaciona com o capital social. Na sua visão, há a construção de redes sociais através da comunicação e de estratégias de investimento nas relações sociais, com a finalidade de alcançar fontes de benefícios operacionais, emocionais ou financeiros. O autor assevera que o capital social é importante para o sucesso nessas conexões, já que é visto como um bem social em face das conexões dos atores envolvidos e das redes da qual fazem parte.

Na perspectiva de Araújo et al. (2010), a noção de capital social envolve uma dinâmica das relações de solidariedade, organização, cooperação, confiança, participação e iniciativa entre os indivíduos de determinada família/comunidade, relações estas que contribuem efetivamente na formação de um senso de responsabilidade, o que viabiliza maiores acessos a direitos e, por consequência, à melhoria da qualidade de vida. Para Bourdieu (1980), o capital social é uma agregação de recursos reais e potenciais, que são vinculados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de familiaridade e reconhecimento mútuo. Representa o estoque e o fundamento de um processo de acumulação, que possibilita às pessoas elaborar estratégias de empoderamento, ocasionando o favorecimento na competição social. Enfim, o elemento-chave para a consolidação das redes sociais é o sentimento de confiança mútua entre os indivíduos que compõem as redes, por meio do reconhecimento, uns dos outros, de suas habilidades, competências, conhecimentos e hábitos.

Também Castells (2007) afirma que, colocando-se laços sociais em posições estratégicas, há a facilidade de se obterem as oportunidades, o que auxilia consideravelmente na aquisição de possibilidades de acesso aos demais recursos disponíveis através dessas redes. O referido autor, em suas pesquisas, vislumbra a importância da estrutura das redes, como estratégias adotadas na mobilização de

recursos e oportunidades ativadas, conforme a necessidade de seus membros, já que as escolhas se condicionam aos contextos sociais em que estão inseridos: família, residência, trabalho, escola, padrão de comportamento, dentre outros. Nessas variáveis, há o desenho de uma tipologia de rede adequada para cada momento ou história, o que possibilita o abrir ou o fechar de possibilidades aos sujeitos/famílias envolvidas.

Portugal (2006) ressalta que estão cada vez maiores os limites impostos à ação de solidariedade entre a rede de íntimos. Tal realidade nos remete a pensar o papel da família no aspecto da proteção social, em função das atuais mudanças econômicas, sociais e demográficas, baseadas no crescente ingresso de mulheres no mercado de trabalho, o aumento da esperança de vida, a diminuição da dimensão da família como frequência da baixa fecundidade e, finalmente, o envelhecimento demográfico.

As famílias, como frisa Portugal (2006), culturalmente prestadoras de cuidados esbarram na complexidade de problemas, como a diminuição de recursos materiais e financeiros para prestação de cuidados aos familiares e aumento da população dependente, a exemplo de doentes e idosos. Soma-se a este quadro a alteração morfológica da família, de seus valores e das suas relações com o próprio Estado e com o mercado de trabalho. Nesse contexto, pode-se afirmar que a repercussão do aspecto da capacidade de sustento do Estado-Providência pela sociedade implica a averiguação das solidariedades primárias, constituídas em redes, ou seja, como estão constituídos os relacionamentos humanos e suas implicações na provisão do bem-estar dos indivíduos na sociedade.

Segundo Herrera (2007), os relacionamentos humanos que configuram as redes sociais caracterizam-se pela variedade, intensidade, duração etc., independente da classe social, cultural e intelectual, e basicamente obedecem a quatro padrões: relacionamentos calcados em interesses, relacionamentos sociais, relações de parentesco e relações de amizades. No grupo dos relacionamentos calcados em interesses, encontram-se ligações que são construídas em interesses desenvolvidos no dia a dia. Este é o conceito marxista denominado de fetiche de consumo, determinado pelas necessidades e interesses da sociedade econômica (fornecedores e clientes). Assim, por exemplo, as famílias se relacionam, mantêm trocas, com os atendentes da padaria, da quitanda, o cabeleireiro, o motorista do transporte coletivo, mecânicos, caixas do mercado, farmacêuticos, enfim, com pessoas muitas vezes

desconhecidas, mas que contribuem para o atendimento das necessidades dos indivíduos – famílias.

No grupo dos relacionamentos sociais, estão os decorrentes do convívio espontâneo com inúmeras comunidades. São incluídos os relacionamentos com a escola, trabalho, clube, comunidade (vizinhos), entidades filantrópicas, religiosas, culturais, etc., que são denominados genericamente colegas, companheiros, constituindo-se de aceitações em função da boa convivência. Nesses relacionamentos, destacam-se as instituições responsáveis pelo cuidado e pela educação infantil, que têm tido grande aumento em função da saída da mulher para o mercado de trabalho, seja pela busca de realizações profissionais, ou mesmo, pela necessidade de contribuir com o orçamento doméstico, seja pelos novos conhecimentos a respeito do desenvolvimento e aprendizagem da criança. Quanto ao grupo das relações de parentesco, estão aquelas determinadas pelos laços familiares. Constitui-se uma particularidade por serem decorrentes e que se tem que aceitar pela vida toda, uma vez que, mesmo rompidas, não adquirem a condição de “ex” (exceto para cônjuge).

As redes familiares de parentesco, também denominadas por Portugal (2006), como rede de íntimos, tem sido uma das redes mais fortes no cuidado infantil. Segundo Acosta e Vitale (2007), muitas famílias têm se mostrado indecisas em colocar seus filhos de menor idade em instituições ou deixar com familiares, considerando principalmente o fator “confiança”, preferindo a rede de íntimos. No grupo das amizades, estão as redes caracterizadas pelas escolhas, em função de identidades (afinidades), começando a serem construídas desde a infância. Os relacionamentos motivados por afetividade são perenes, pois a amizade que acaba nunca principiou (HERRERA, 2007). Nesse contexto, pode-se dizer que a família não é uma unidade social isolada, mas sim um todo complexo, constituído por diferentes indivíduos que formam elos e relações recíprocas entre si e com outros grupos de suas redes sociais, visando à melhor qualidade de vida para todos os membros da família.

3.3. O cuidar e o educar

De acordo com Macedo (2010), a palavra cuidar deriva do verbo *cogitare* ou do vocábulo latino *curare*. *Cogitare* implica pensar, supor, imaginar e *curare* significa “tratar de, por cuidado em”. O termo cuidado deriva do latim *cogitatus* e tem seu significado diferenciado com a função sintática: inicialmente, pode esse referir à atividade de pensamento, implicando em pensado, calculado, suposto, meditado. Em segundo lugar, pode se referir ao campo das emoções, significando desvelo, solicitude, diligência, vigilância, precaução.

Pelo referenciado pelo autor, pode-se supor que a prática de cuidado tem duplo sentido, sendo um no campo da ação da reflexão e do pensamento, e outro, no campo da aplicação do espírito, materializando-se em atitudes para com o outro. Assim, a ação de cuidar abrange aspectos cognitivos e afetivos. Nesse sentido, a prática de cuidado configura-se, pois, como uma atitude fundamental à sobrevivência da espécie, já que a criança não teria como sobreviver se não recebesse a atenção de seus cuidadores. Ainda, conforme Macedo (2010), pela expressividade emocional da criança, por meio da mímica facial, da respiração e da sua postura, se constitui em pistas do estado da criança, possibilitando uma intervenção especializada tanto da professora quanto de um adulto próximo. Essas emoções são formas privilegiadas em que a criança se comunica e os adultos devem conhecê-las.

Relacionado de forma intrínseca ao desenvolvimento cognitivo, o desenvolvimento afetivo também ocorre por meio de interações sociais. O adulto assume a posição de ensinante, conquanto mediador entre a criança e o conhecimento, necessita de aporte teórico e prático para entender as disposições afetivas das crianças, tal como, a emoção, indicador privilegiado dos estados psicológicos. Pressupõe a atuação de atividade de forma racional (MACEDO, 2010). Nesse contexto, o autor ainda afirma que é de suma importância entender a complexidade das ações voltadas para a primeira infância, expressando ainda que as práticas de cuidado e de educação são, ao mesmo tempo, atitudes permeadas por aspectos afetivos e subjetivos e por aspectos racionais e objetivos, o que confirma a integração das mesmas no âmbito da educação infantil. Dessa forma, cuidar da criança significa atender às suas necessidades de proteção, saúde, segurança e de bem-estar. Além de estar atento ao conjunto de seus aspectos afetivos, suas emoções e sentimentos, e às relações interpessoais, objetos e com o próprio ambiente.

Também, Macedo (2010) diz que é certo que essas considerações irão se contrapor ao pensamento tradicional ocidental neste aspecto, já que sempre considerou como tarefa feminina as práticas de cuidar e educar de crianças, isso pela carga afetiva e emocional do gênero. Reafirmando seus conceitos, Macedo (2010) informa que a palavra “cuidado” tem sentido etimológico em desvelo e solicitude e significado emocional, afetivo e racional. Por seu turno, a palavra “educação” remete o intérprete ao grego *paidagógein*, que significa conduzir, sendo compreendida como intrínseco às relações humanas e sociais, ou, de forma mais explícita, ao fenômeno de apropriação da cultura, sendo esta compreendida como expressão de toda criação humana.

Sobre o tema, Macedo (2010) ainda relata que as práticas de cuidar e educar determinam a realização de atitudes e comportamentos, que demandam a apreensão de conhecimentos, de habilidades e de valores, tudo potencializa para contribuir para o desenvolvimento da criança, buscando o foco de ajudar a criança a se constituir enquanto pessoa e melhorar sua condição de vida enquanto cidadão. Pelo seu pensamento, as ações de cuidado são interativas e racionais, demandando a criação de vínculos. O desenvolvimento psíquico da criança se traduz pelas interações entre a criança e o seu contexto físico e social. Por isso, as interações sociais com educadores em geral e demais crianças assumem um papel privilegiado na construção do conhecimento, de forma lúdica e afetiva. Persistindo na construção do conceito, o autor nos traz a noção de que o desenvolvimento integral da criança terá como condição específica para se materializar pela superação da dicotomia cuidar/educar e pela integração desses dois processos. Resume-se, assim, que não se pode conceber uma educação que divide o ser humano, privilegiando o aspecto cognitivo em detrimento do afetivo como também do social e do motor.

Para isso, Macedo (2010) afirma que as aprendizagens envolvem não apenas os conhecimentos culturalmente difundidos, mas, sobretudo, da construção de uma identidade e de conformação de atitudes básicas para a socialização dos indivíduos. Fazem parte de uma aprendizagem fundamental a relação com o outro, os afetos envolvidos, a capacidade expressiva das emoções, entre outros, já que esta reciprocidade se torna prazerosa quando há um envolvimento real entre quem cuida e quem é cuidado, intervindo no sentido de acolher e envolver a criança no espaço educativo e, por isso, contribuir para o seu desenvolvimento. Para a construção completa dessa integração, Macedo (2010) considera que a prática de cuidado e

educação de crianças é, de forma essencial, uma ação que envolve pessoas completas em suas dimensões cognitivas, afetivas, motoras e sociais. Para isso, urge acrescentar o caráter multifacetado deste atendimento, que potencializa a constituição de vínculos entre a criança e os adultos ensinantes.

Em seu estudo, o referido autor retrata que as formas de comunicação entre as crianças e o adulto cuidador são múltiplas e diferenciadas, carregadas de emoções e sentimentos, trazendo espectros para a formação da autoestima e de constituição da identidade da criança. Isto implica atos de cuidado e educação. A forma como o ensinante concebe as manifestações das crianças, suas interações criança/criança, criança/adulto e as mediações resultantes das atividades de higiene, de alimentação, de música, de leitura, entre outras, estão interligadas, mediadas pelos atores do processo educativo e ressignificando os conteúdos trazidos por cada um.

No Brasil, as conquistas legais obtidas no campo da educação da criança pequena, advindas principalmente da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e da Lei de Diretrizes Básicas da Educação (BRASIL, 1996), dentre outras, trouxeram consigo, na perspectiva de sua integração, a discussão acerca da relação entre o cuidado e a educação.

Jóia (2007) afirma que, historicamente, creche e pré-escola se constituíram em dois campos diferentes de atuação. A pré-escola origina-se com um caráter educacional, preparatório para a escola regular. A creche, porém, desde a sua origem, possui caráter assistencialista, utilizada como instituição para abrigar e salvar crianças, cujas famílias não possuem estrutura para este cuidado; em geral são pobres. Nela, havia a preocupação com as questões de higiene, extremamente precária entre as camadas populares, e com a saúde dessas crianças, em face do altíssimo grau de mortalidade infantil. Ainda, para Jóia (2007), a creche teve uma concepção enquanto substituta da mãe, num serviço visto como provisório e emergencial, características que prejudicaram a sua expansão e identidade, pois acolhia crianças para que suas mães pudessem trabalhar fora do lar. A autora afirma que, com estas diferenças, nos primórdios havia integração entre o cuidar e o educar, pela percepção de acolhimento de crianças e, durante a estada nessas instituições, as crianças recebiam cuidados e educação, complementando as obrigações familiares. Não havia, portanto, regra que diferenciava a responsabilidade das instituições e as da família da criança.

Jóia (2007) relata que, desde o término da Segunda Guerra Mundial, o cuidado e a educação das crianças tiveram marcantes modificações. No período denominado “guerra fria”, houve a divisão geopolítica mundial em dois grandes blocos: os capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e os socialistas, liderados pela ex-União Soviética. Os capitalistas, preocupados com a escolarização e querendo evitar o fracasso escolar, investiram de forma maciça na construção de pré-escolas, tentando preparar as crianças para a escola regular, considerando a criança como responsabilidade exclusiva de sua família. Com isso, o Estado demonstra postura de isenção e de desobrigação para com a criança pequena. Contrariamente, os socialistas objetivavam que as crianças fossem ser educadas em uma concepção de amor e obediência ao Estado, que assumiria a educação da criança desde a mais tenra idade, sendo privadas de suas famílias quanto ao cuidado, à educação e ao afeto.

O Brasil, acompanhando a visão capitalista, promove cisão entre o cuidar e o educar: o primeiro passa a ser visto como de exclusiva responsabilidade da família, e o segundo é entendido como uma obrigação do Estado, que iria escolarizar a criança com objetivo de garantia de sua cidadania. Nesse raciocínio, as famílias que não possuem condições de cuidar de seus filhos encontram uma alternativa na utilização de creches, considerando uma solução provisória para a guarda das crianças até que consigam condições para um cuidado mais efetivo, havendo sensação de culpa pela família em face de incapacidade de cuidar permanentemente de suas crianças (JÓIA, 2007). Ainda para esta autora, em seu levantamento histórico sobre o tema, com o advento da revolução cultural e dos movimentos sociais, que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, houve repercussões no comportamento educacional. Saindo a mulher do espaço privado doméstico, ocupando maior espaço no mercado de trabalho, questiona-se o seu papel, até então exclusivo, no cuidado e na educação das crianças. Resulta, assim, uma responsabilidade social compartilhada com o companheiro, utilizando um *slogan* que confere esta ideia: “o filho não é só da mãe” num movimento que envolveu partidos políticos, movimentos feministas, donas de casa, clubes e associações de mães, amigos de bairro e sociedade com a finalidade de dar impulso à luta por estabelecimento de maior número de creches, não mais como um paliativo, mas como uma entidade que prestasse serviço de qualidade na relação de educação das crianças, um direito para as mães.

Nesse cenário, as Instituições de Educação Infantil têm passado por transformações e mudanças como fruto de alterações e novas concepções da criança, da educação e da qualidade dos serviços prestados por estas instituições à sociedade. Conforme Bastos et al. (2002), a expansão da rede de creches constitui um marco em prol da Educação Infantil, que surgiu como consequência de uma pressão popular através do Movimento de Luta por Creches, em 1979, sobretudo no estado de São Paulo. O Estado correspondeu à pressão criando novas vagas para que as mulheres pudessem trabalhar, com o objetivo de combater a miséria. Prosseguindo, Jóia (2007) diz que a década de 1980 traz consigo a movimentação de profissionais ligados à pesquisa e ao atendimento da infância, por meio de discussões que unem a creche e a pré-escola em um mesmo campo temático, objetivando, nesse sentido, o pleno desenvolvimento da criança. Finalizando a década, vê-se o reconhecimento legal do acesso à educação em creches e pré-escolas como direito da criança e dever do Estado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), pelo artigo 208, Inciso IV, o que determina que o acolhimento da criança não mais fosse um favor do Estado, mas sim uma obrigação consubstanciada no direito.

Mudanças políticas e econômicas de caráter mundial trouxeram novamente mudanças sociais que refletiram no cuidar e educar, conforme pensamento de Jóia (2007). Com o colapso do modelo socialista em 1989, o enfraquecimento de programas públicos sociais e o fortalecimento dos mercados pela globalização, houve competição entre os países, resultando, no Brasil, em desigualdades sociais, mais desemprego, empobrecimento da classe trabalhadora, trazendo assim desamparo às famílias, acúmulo de funções no trabalho sem o consequente aumento salarial, busca de emprego pelas mulheres, acarretando aumento de separações familiares e, conseqüentemente, aumento de famílias chefiadas por mulheres. Nessa perspectiva, para poderem obter o sustento familiar, as mães se veem obrigadas a recorrer às instituições de apoio, através de mães crecheiras; algumas chegam a deixar as crianças sozinhas em casa.

A pressão dessa demanda, a urgência do seu atendimento, a omissão da legislação educacional vigente, a difusão de uma ideologia referenciando a educação como elemento de compensação de carências, bem como da insuficiência de recursos financeiros, levaram as instituições de Educação Infantil, para o Ministério da Educação (MEC, 2006), a se expandirem “fora” dos sistemas de ensino. Assim, difundiram-se “formas alternativas de atendimento” onde inexistiam os critérios

básicos quanto a questões de infraestrutura, capacitação e qualificação das atendedoras que lidavam diretamente com as crianças, em geral mulheres sem uma formação específica na área do cuidado e da educação infantil, chamadas de crecheiras, pajens, babás, auxiliares etc.

A partir da década de 1990, já sob a faceta constitucional de proteção dos direitos da criança à educação, foram firmados documentos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ao mesmo tempo em que foram estabelecidos mecanismos de participação e controle social na formulação e na implementação de políticas para a infância. Segundo o MEC (2006), partindo das políticas legais, das discussões que vinham sendo feitas em torno da elaboração da LDB, das demandas de estados e municípios, e tendo em vista suas prioridades, foram definidos, em 1995, objetivos para a melhoria da qualidade no atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos: a) incentivo à elaboração, implementação e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares; b) promoção da formação e da valorização dos profissionais que atuam nas creches e nas pré-escolas; c) apoio aos sistemas de ensino municipais para assumirem sua responsabilidade com a Educação Infantil; e d) criação de um sistema de informações sobre a educação da criança de 0 a 6 anos. Assim, a Educação Infantil passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica, ganhando uma dimensão de construção do exercício de sua cidadania e do desenvolvimento das crianças até 6 anos de idade.

Segundo o MEC (2006), em 1998 foi elaborado o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, no contexto da definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais em face do artigo 26 da LDB para a unificação nacional dos currículos. Em 2000, foi realizado o Censo da Educação Infantil pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), objetivando obter informações mais precisas sobre a Educação Infantil no Brasil. Em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação no capítulo sobre a Educação Infantil em diretrizes, objetivos e metas decenais, abrangendo aspectos qualitativos e quantitativos. Já os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (MEC, 2006) colocaram a importância do trabalho com o cuidar e o educar de forma indissociável, valorizando as necessidades e os direitos que cada criança possui. Então, a trajetória da educação das crianças de 0 a 6 anos assumiu e assume ainda hoje, no âmbito estatal, diferentes funções, ora assistencialista, ora de caráter compensatório, ora de caráter educacional nas ações desenvolvidas.

Sendo tema central desta pesquisa, o cuidar e educar requerem uma análise separada dos objetivos propostos, pois a amplitude do assunto traz uma reflexão aprofundada de aspectos diferenciados sobre diversas matérias. Segundo Queiroz (2003), ainda que tenha sofrido grandes mudanças, como a diminuição do seu tamanho e seus modelos, a família ainda é a “organização” que mais oferece abrigo às necessidades de cada indivíduo, principalmente enquanto criança. Como função primária da família, continuando Queiroz (2003), temos a perpetuação da espécie humana, ou seja, a procriação, que não se dá somente pela reprodução, mas também pelos cuidados dispensados aos filhos durante o primeiro estágio do ciclo de vida familiar – famílias com filhos pequenos. Nesta perspectiva, as famílias lançam mão de um recurso, sem o qual seria impossível a saída dos pais diariamente para seus postos de trabalho: “a rede social”. A própria criança requer uma ativação das redes por parte da família, seja pelo convívio, afeto ou, mesmo, socialização, para atendimento de suas necessidades humanas.

Na linha humanista, Abraham Maslow (citado por CHIAVENATO, 2010) descreve, em forma de pirâmide, as necessidades do ser humano, relacionando-as com a sua satisfação, uma vez que, sendo satisfeitas as necessidades, outras são geradas em dimensões diferentes. Criada por Maslow, e também conhecida como a **Pirâmide das Necessidades**, a **Pirâmide de Maslow** hierarquiza as necessidades humanas numa escala ascendente com o objetivo de compreender as motivações das pessoas. Na base da pirâmide, sendo consideradas as mais importantes, estão as **necessidades fisiológicas**, representadas pelas necessidades instintivas de sobrevivência, como a alimentação, o descanso, a proteção contra elementos naturais, dentre outras. Após, vêm as **necessidades de segurança**, consideradas como aquelas que surgem quando estão satisfeitas as necessidades fisiológicas do indivíduo. Representam as necessidades pessoais de proteção contra privações, perigos e ameaças, além da estabilidade e segurança no emprego. Por outro lado, as necessidades sociais incluem as necessidades de participação, de dar e receber afeto, amizade e amor. A sua não satisfação pode levar à falta de adaptação social e à autoexclusão.

Superadas estas, seguem-se as **necessidades de autoestima**, ou seja, aquelas que correspondem ao respeito próprio, ou seja, autoconfiança, aprovação e consideração social, o prestígio profissional, a dependência e a autonomia. A não satisfação dessas pode conduzir a sentimentos de inferioridade e ao desânimo do

indivíduo. Finalmente, estão no topo da pirâmide as necessidades de **autorrealização**, inseridos aí o desenvolvimento pessoal e a conquista, representando as necessidades humanas mais elevadas como a necessidade de conseguir o desenvolvimento pessoal através da utilização de todas as suas capacidades e potencialidades. Estas proporcionam maior senso de moralidade, criatividade, espontaneidade, aceitação dos fatos e ausência de preconceitos, além de possibilitar melhor discernimento para a solução de problemas.



Figura 3 – Pirâmide das Necessidades de Maslow.
Fonte: CHIAVENATO, 2010.

Interpretando a Pirâmide das Necessidades de Maslow desde a sua base, percebe-se que, a partir da satisfação das necessidades fisiológicas, de segurança, sociais e de estima, é construído um alicerce para que a autorrealização seja alcançada. Podemos, portanto, afirmar que a família representa este alicerce oferecido em forma de uma estrutura humana, dotada de complexidades e desafios a serem superados. Sendo um ser humano, portanto dotado de necessidades essenciais à sua sobrevivência, a criança desperta para o mundo em que vive buscando a satisfação plena de suas necessidades. Fatores como o estilo de vida dos progenitores, a manutenção da harmonia entre os pais (independentemente de manterem ou não vínculo conjugal), o tempo dedicado aos filhos e a presença ou ausência de um projeto de vida familiar potencializam a família na formação de

hábitos, atitudes e valores dos seus filhos. Dessen e Braz (2000) concluíram que uma família com consistência ideológica e emocional sólida é o agente mais potente de socialização dos filhos. Esse, seguramente, é o maior patrimônio que pode ser deixado a um filho, pois lhe favorecerá o fortalecimento pessoal diante das crises evolutivas e do cotidiano.

Segundo Wagner et al. (2002), independente da estrutura familiar e sua configuração, a família é o palco em que se vivem as emoções mais intensas e marcantes da experiência humana. Nela é possível a convivência do amor e do ódio, da alegria e da tristeza, do desespero e da desesperança. O equilíbrio entre tais emoções, diante das transformações na configuração deste grupo social, tem caracterizado tarefa bastante complexa a ser realizada pelas novas famílias. Por isso, provavelmente, o maior desafio para aqueles que se propõem a trabalhar com a diversidade dos núcleos familiares é favorecer aos seus membros que esses núcleos sejam espaços de bem-estar para todos. Eis aí uma tarefa complexa e essencial, que, se realizada com êxito, certamente contribuirá para a construção de relações interpessoais muito mais humanas e solidárias.

Ao ser estudada a transformação da concepção de infância e família trazendo a contribuição do pesquisador francês do campo da história, Philippe Áries (1978), uma nova análise pode ser feita a partir do surgimento da família nuclear, bem como da escola e da consciência da particularidade infantil na França. Analisando a função desempenhada por essas instituições, a mudança da concepção de infância foi compreendida como eco da própria mudança nas formas de organização da sociedade, das relações de trabalho, das atividades realizadas e dos tipos de inserção que têm as crianças nessa sociedade.

Em nossa sociedade, nos dias atuais, a restrição da criança ao domínio familiar é menos frequente, sendo crescentemente colocada em instituições de ensino desde a tenra idade, sendo por isso mais disseminada a dimensão profissionalizante da responsabilidade pela criança por instituições de ensino especializadas em seu cuidar e educar (ARIES, 1978).

Guardar a criança tem sido mais um trabalho considerado crescentemente como uma responsabilidade social, a caminho da profissionalização. Esse trabalho tem passado de mulheres da casa e do parentesco – mãe, tia, avó, irmã, etc. – para outras categorias de mulheres não parentes e profissionais – pajem, babá, auxiliar, professora, etc. Esse é, portanto, mais um circuito que se estabelece entre mulheres,

assim como aquele que interconecta patroas e empregadas em agências de emprego doméstico. Nesse cuidado, são estendidas terminologias como “tio” e “tia”, criando-se um personagem destinado a exercer certo papel de educador que incorpora um papel vago e amplo, à primeira vista, mas que vem responder a um número crescente de solicitações. Outra forma de se recriar a família extensa e também de socializar profissionalmente e “familiarmente” a guarda da criança é trazer pessoas que não são parentes para as redes de parentesco para se ocuparem especialmente com os cuidados da criança.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em função dos objetivos propostos, os resultados foram discutidos em termos de caracterização do perfil socioeconômico familiar; necessidades e limitações no cuidado e na educação das crianças; morfologia das redes sociais de apoio às famílias; ações e eficácia das redes sociais ativadas pelas famílias; e importância das instituições formais de educação infantil, como rede de apoio.

4.1. Caracterização do perfil socioeconômico familiar, do cuidado e da educação das crianças

O primeiro objetivo desta pesquisa foi identificar o perfil socioeconômico das famílias de camadas médias da população, representadas pelos servidores do IFMG – *Campus Bambuí* com filhos menores de 6 anos de idade, e que chegaram à Instituição a partir de 2006, caracterizando suas limitações para o cuidado e educação dos seus filhos. Inicialmente, na análise do seu **perfil socioeconômico**, foram examinadas as seguintes variáveis: composição familiar; estado civil dos pais; escolaridade dos pais; situação de trabalho e desemprego familiar; renda familiar e renda *per capita*.

Este estudo registrou, inicialmente, conforme o Quadro 3, que a composição familiar estaria sendo representada por 63,33% de indivíduos adultos e 36,67% de crianças. Entre os adultos, 52,63% eram do sexo masculino e 47,37% eram do sexo feminino. Já entre as crianças, 72,73% representariam as do sexo feminino e 27,27%, as do sexo masculino. O número médio de filhos por família entrevistada é de 1,1

filho, sendo todos eles naturais dos pais entrevistados, sem nenhum registro de adoção ou tutela.

Quadro 3 – Composição familiar: idade e sexo, Bambuí-MG

PAIS				FILHOS			
Pai	Idade	Mãe	Idade	Homem	Idade	Mulher	idade
1	32	2	31			1	5
3	30	4	33	1	1		
5	32	6	27			1	3
7	37	8	35			2	4/2
9	50	10	42			1	1
11	34	12	39			1	3
13	32	14	29			1	1
15	37	16	30	1	1		
17	39	18	35			1	2
19	38			1	4		

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Verificou-se que habitavam, em média, 3,4 pessoas por domicílio, conforme os dados do estudo. Além dos 31 indivíduos acima indicados, foi verificada a presença de outros parentes (avós paternos e tia) em apenas um lar. Não foi registrado nenhum domicílio que contava com cuidadoras morando no local. Estes dados são superiores aos valores apurados no município de Bambuí, em 2,23 pessoas por família, conforme dados do Censo populacional de 2010 (IBGE, 2010). Também se verificou que a idade média dos pais é 35,9 anos, enquanto que as mães teriam uma média de idade de 33,4 anos.

Ainda, relativamente à situação de composição da conformação familiar por classificação por ajuntamento familiar – estado civil dos pais – predominou a situação de composição nuclear da família em 90,0% dos relatos, constituídas por 9 famílias, assim considerada enquanto constituída de pai, mãe e filhos. Houve apenas um relato de viuvez.

Quanto à escolaridade dos 19 entrevistados, apurou-se, conforme dados do Quadro 4, que o nível educacional dos entrevistados (pais e mães) alcança patamares bastante significativos, pois 84,21% deles, representando 16 indivíduos, possuíam graduação concluída, ou Especialização, Mestrado e Doutorado. Apenas três pais entrevistados, equivalendo a 15,79% da amostra, concluíram apenas a formação no ensino médio.

Quadro 4 – Caracterização por gênero, formação e profissão dos entrevistados, Bambuí-MG

PAIS	FORMAÇÃO	PROFISSÃO	MÃES	FORMAÇÃO	PROFISSÃO
1	Doutorado	Docente	2	Ensino médio	Estudante
5	Doutorado	Docente	6	Mestrado	Docente
3	Ensino médio	Técnico-Agrícola	4	Especialização	Docente
7	Mestrado	Docente	8	Doutorado	Docente
13	Doutorado	Docente	14	Mestrado	Desempregada
9	Ensino Médio	Músico	10	Doutorado	Docente
11	Especialização	Servidor público	12	Mestrado	Docente
17	Doutorado	Docente	18	Superior	Desempregada
15	Mestrado	Docente	16	Superior	Servidora pública
19	Superior	Docente			

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Visando elucidar a formação específica, verificou-se que 31,58% dos entrevistados teriam concluído o Doutorado; outros 26,32% teriam concluído o Mestrado; 10,53% teriam concluído a Especialização; 15,79% teriam concluído apenas a graduação; e 15,79% concluíram apenas o ensino médio.

Ressalte-se que não foram consideradas as situações em que o entrevistado estava, no momento da pesquisa, cursando nível de formação acima de sua graduação, estando acima relatadas apenas a formação concluída de cada um. A maioria dos entrevistados tem como titulação a qualificação em Mestrado ou Doutorado, pois esta é a característica da população escolhida neste estudo, pois sendo docentes do IFMG – *Campus* Bambuí, seria exigida essa titulação como requisito essencial quando da realização dos concursos públicos para o ingresso nesta função pública. Assim, ao menos um dos cônjuges ou, até mesmo o casal, seriam docentes no serviço público federal, trabalhando juntamente no IFMG – *Campus* Bambuí. Nesta última situação, foram encontrados 2 casais.

Quanto à situação de trabalho e desemprego familiar, verificou-se, conforme dados do Quadro 5, que somente em três das famílias entrevistadas não havia a dupla inserção no mercado de trabalho. Em uma família, a mãe era estudante do IFMG – *Campus* Bambuí. Em outras duas famílias, as mães estavam desempregadas por opção, para proporcionar maiores cuidados aos filhos, com a concordância dos pais. O fator relativamente à estabilidade de renda do cônjuge possibilitou esta opção e a sua continuidade nos lares pesquisados. Nos demais domicílios entrevistados, os pais e mães estavam trabalhando.

Quadro 5 – Demonstrativo de ocupação dos entrevistados, Bambuí-MG

	OCUPAÇÃO	NÚMERO	%
PAIS	Docente do IFMG	7	70
	Técnico-Agrícola	1	10
	Músico	1	10
	Servidor público estadual	1	10
Total		10	<i>100</i>
MÃES	Docente do IFMG	5	55,56
	Servidora pública estadual	1	11,11
	Estudante	1	11,11
	Desempregadas	2	22,22
Total		9	<i>100</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Quanto à maior ocupação observada (Quadro 5), a de docente do IFMG – *Campus Bambuí* representou 63,16% da amostra, em face do público-alvo da pesquisa, somando-se os cônjuges que também trabalhariam em tal local, como já afirmado. Note-se que 10,53% da amostra estava representada por servidores públicos estaduais, que, com o valor de seus salários, possibilitou a elevação dos dados apurados em relação à educação e renda, como demonstrado neste estudo.

Com relação à renda familiar, apurou-se (Quadro 6) que todos os docentes entrevistados possuíam renda salarial superior a R\$ 3.000,00 mensais e seus respectivos cônjuges, que possuíam atividade remunerada, recebiam salários mensais acima de R\$ 1.000,00 mensais.

Quadro 6 – Renda mensal das famílias entrevistadas, Bambuí-MG

Faixa salarial	Salários Mínimos	achados	%
1 - De R\$ 2.040,01 a R\$ 3.060,00	6	-	-
2 - De R\$ 3.060,01 a R\$ 4.080,00	8	-	-
3 - De R\$ 4.080,01 a R\$ 5.010,00	10	-	-
4 - De R\$ 5.010,01 a R\$ 6.120,00	12	4	40
5 - De R\$ 6.120,01 a R\$ 7.140,00	14	-	-
6 - De R\$ 7.140,01 a R\$ 8.160,00	16	2	20
7 - De R\$ 8.160,01 a R\$ 9.180,00	18	1	10
8 - De R\$ 9.180,01 a R\$ 10.200,00	20	-	-
9 - De R\$ 10.200,01 a R\$ 11.220,00	22	1	10
10 - Mais de R\$ 11.220,01	23	2	20
Total			

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Pelos dados acima, apurou-se uma renda total média das famílias entrevistadas equivalente a 166 salários mínimos por mês, o que proporcionou uma renda média mensal familiar de 16,6 salários mínimos. Notou-se que os maiores salários seriam encontrados nas famílias cujos cônjuges estavam trabalhando como

docentes do IFMG – *Campus* Bambuí. Em segundo lugar, os maiores salários familiares foram identificados em domicílios onde um dos cônjuges seria servidor público estadual.

Os valores médios salariais mensais podem realmente indicar que as famílias entrevistadas estariam enquadradas como participantes de camadas médias da população, evidenciadas nestas famílias entrevistadas por manterem, em geral, profissão definida e emprego seguro, crianças na escola, planejamento de compras e de poupança, acesso ao crédito e ao comércio, união regulada por casamento civil.

Evidenciou-se, ainda, que a renda mensal *per capita* nas famílias entrevistadas era de R\$ 2.490,00 por indivíduo, equivalente a 4,88 salários mínimos na época da pesquisa. Este valor ainda é inferior à renda *per capita* nacional por ocasião da pesquisa, em US\$ 10.814,00 (IBGE, 2010).

Para atender ao primeiro objetivo da pesquisa, na análise da caracterização das **necessidades e limitações para o cuidado e a educação das crianças** até 6 anos de idade nas famílias entrevistadas, foram examinadas as seguintes variáveis: motivos de vinda para Bambuí, existência e influência de parentes na cidade, necessidades e limitações no cuidado e a educação de seus filhos.

Em resposta, todos os entrevistados afirmaram que o motivo da vinda dos entrevistados para a cidade de Bambuí foi a oportunidade de trabalho, quando um ou os dois cônjuges foram aprovados em concurso público no IFMG – *Campus* Bambuí. Mesmo os que possuíam familiares nesta cidade, somente aqui fixaram residência após a admissão no Instituto, apurando-se o tempo médio de permanência em Bambuí em 4,21 anos.

Foi observado que apenas três das dez famílias entrevistadas possuíam vínculos de parentesco na cidade, sendo afirmado por elas que o fato de ter parentes no local influenciou muito a decisão de prestarem concurso na região. É que, na fase inicial do ciclo de vida de suas famílias, ao iniciarem o processo de criação e educação de seus filhos, necessitariam de apoio e, portanto, das redes familiares de parentesco, também denominadas por Portugal (2006) como rede de íntimos, um dos fatores positivos dessa decisão.

Apenas em duas destas famílias havia o auxílio de parentes no cuidado e na educação de seus filhos, consubstanciando em importante rede de apoio familiar. Nas demais famílias entrevistadas, o auxílio de sua rede de íntimo era esporádico. Houve relatos em que os parentes vinham para Bambuí em eventos específicos (férias e

feriados prolongados), ocasião que possibilitava usufruir do auxílio de cuidados com seus filhos.

Os relatos das famílias retrataram diferentes formas de necessidades e limitações em relação ao cuidado e à educação dos seus filhos. Foram ressaltadas as limitações em relação aos serviços de saúde oferecidos pela cidade, bem como a necessidade de se deslocarem para cidades mais próximas em busca de tratamento médico e também de deficiências de produtos necessários aos cuidados de recém-nascidos.

Destaca-se um relato de um pai, docente do IFMG – *Campus* Bambuí, em que a família, ao passar por um momento de extrema necessidade de apoio, quando a esposa adoeceu gravemente, mudou-se para a cidade de Bambuí, buscando nos familiares o apoio aos cuidados indispensáveis ao seu tratamento e também o cuidado do filho de apenas dois anos de idade na época. Este relato confirma a afirmação de Jussani, Serafim e Marcon (2007), de que são fundamentais os suportes contemplados pelas redes sociais para enfrentar situações estressantes no lar, ou seja, é manifesta a importância dos familiares nos momentos de doença, que trazem, conseqüentemente, um profundo estresse físico e mental. As famílias deste casal residiam em Bambuí, e isso foi fundamental enquanto ponto de apoio para que a família viesse para a cidade e que fizesse o tratamento da doença da esposa (mãe) próximo de seus familiares.

Respondendo à questão ainda do primeiro objetivo, quanto às dificuldades enfrentadas pelas famílias na sua vinda para a cidade de Bambuí, 70% das famílias afirmaram que vieram de cidades bem distantes e não conheciam a cidade. Na busca de identificar as dificuldades enfrentadas, confirmou-se o relato de Portugal (2006), ao afirmar que a percepção dos homens em relação à família difere da percepção da mulher no sentido das necessidades da família e dos filhos. Conforme já mencionado, Greenstein (2000) e Rocha-Coutinho (2003) destacam que as mudanças relativas à maior participação da mulher no mercado de trabalho e de sustento econômico familiar não foram extensivas às mudanças de divisão das tarefas domésticas e da criação e educação dos filhos. Entre os entrevistados, 60% dos homens responderam que não tiveram dificuldades em relação à vinda para Bambuí, como o depoimento abaixo especificado: “... Dificuldades? Muito pelo contrário, fui muito bem recebido” (Entrevista 3, Pai).

Já as mulheres demonstraram uma sensibilidade maior à mudança de cidade, quando 62,5% das entrevistadas responderam que as principais dificuldades estavam associadas às deficiências de trabalho e na infraestrutura nas áreas de saúde, de educação e de moradia na cidade, enquanto 37,5% responderam que não tiveram nenhuma dificuldade.

Uma das entrevistadas afirmou ter tido algumas dificuldades, pois, anteriormente, enquanto ainda moravam em outra cidade, ela trabalhava fora de casa, enquanto a filha era levada a uma creche. Chegando a Bambuí, não conseguiu colocação imediata no mercado de trabalho, tendo que cuidar sozinha da filha de um ano e seis meses de idade e também do trabalho doméstico, não contando com nenhum tipo de apoio, o que confirma-se o pensamento de Kaloustian (1994), ressaltando que a família, como ambiente naturalizado, sofre uma desnaturalização em razão de ações internas e externas, bem como em função da rede de relações na qual se movem os sujeitos da família, interferindo no crescimento da criança. As redes de relacionamento dentro das comunidades constituem um contexto comum de significados que compõem sua cultura, numa ação contínua de troca de informações, crenças e valores.

Uma mãe confirmou sentir a falta do apoio na cidade em que morava anteriormente e, conseqüentemente, teve que se adaptar às novas condições de apoio oferecidas pela cidade que agora residia. Completando um mês de estadia na cidade de Bambuí e consciente de sua necessidade de apoio, a mãe matriculou a filha numa escola infantil que sempre acolhia a criança em horários diferenciados, caso houvesse necessidade. Assim, destaca-se que as Instituições de Educação Infantil (IEI), responsáveis pelo cuidado e pela educação infantil, tem tido um grande destaque em função da saída da mulher para o mercado de trabalho.

Outras dificuldades relatadas pelos casais foram em relação à moradia e à saúde. Em função do crescimento da população de Bambuí, que, segundo o Censo populacional de 2010 (IBGE, 2010), chegou a 22.709 pessoas domiciliadas na cidade. As famílias pesquisadas tiveram dificuldades em relação à aquisição de moradia, tanto no aspecto da infraestrutura domiciliar quanto no aspecto da renda, pelo fato de estarem inicialmente achatadas em razão das despesas domésticas. Também, a cidade não possuía atendimento médico hospitalar adequado, pois não havia Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), clínicas especializadas, faltavam médicos especialistas em muitas áreas, como no caso de anestesia, levando os

moradores, na maioria das vezes, a se deslocarem para suas cidades de origem ou para cidades mais próximas para os procedimentos de consulta em clínicas mais especializadas.

O relato a seguir exemplifica essa questão, quando a entrevistada foi questionada sobre as dificuldades enfrentadas ao chegar à cidade de Bambuí:

Tive algumas. Em relação à moradia, fiquei no hotel dois dias e depois, apesar da dificuldade, achei uma casa e a casa era muito ruim, não atendia as minhas expectativas. Fiquei três meses nesta casa e depois mudei para uma casa que me atende. Houve inclusive outra dificuldade que tive além da moradia que foi em relação à saúde. Eu mesma tive um problema em relação à gestação, onde o médico diagnosticou que o neném, o feto, tinha morrido e, na realidade, eu fiz um exame posteriormente em Lavras e “tava” tudo bem. E a outra foi com minha filha mais velha que teve uma alergia e quando a levei ao pediatra em Bambuí, ele disse que poderia ser qualquer coisa e eu disse a ele que quando saí de casa eu presumia isto mesmo que seria qualquer coisa, mas ele não me deu alternativa do que seria. Aí fiz o tratamento dela de alergia com um médico em Lavras também, que era especialista em alergia (Entrevista 10, Mãe).

Pode-se inferir, pelo relato anterior, que a mãe demonstra um descrédito em relação aos serviços médicos prestados na cidade de Bambuí, pela experiência vivenciada por ela assim que chegou à cidade, confirmando, assim, a carência da cidade em relação a serviços de saúde e atendimento médico adequado. Percebeu-se que as famílias entrevistadas, ao chegarem à cidade de Bambuí, trazendo consigo os filhos pequenos, que necessitavam de cuidados especiais em relação a saúde, buscavam primeiramente os recursos locais e deparavam com uma grande frustração em relação a estes serviços, pois não satisfaziam a expectativa criada pela família. Não tendo alternativas locais, estas famílias se deslocavam para cidades próximas, conforme já mencionado.

Esta reflexão nos confirma a importância das redes sociais, conforme destaca Castells (2007), ao afirmar que elas estão nos mais diversos campos e áreas do conhecimento tanto pela valorização das relações interpessoais quanto pelo desenvolvimento das formas de comunicação, e cada rede possui uma dinâmica em relação às demais, resultando na “primazia da morfologia social sobre a ação social”.

Considerando o público pesquisado enquanto famílias de camadas médias da população, cujo poder aquisitivo é relativamente alto para uma cidade de pequeno porte, salienta-se que foi demonstrada grande preocupação por parte das famílias em proporcionar aos filhos os cuidados especiais que garantam a sua saúde física e

psicológica, como é o caso do relato de uma mãe cuja filha faz acompanhamento psicológico semanal em Belo Horizonte.

Os dados encontrados indicaram que, na percepção das famílias, principalmente na fala das mulheres, houve dificuldades a serem enfrentadas com a vinda para a cidade de Bambuí. Estas dificuldades estiveram associadas ao apoio oferecido pelas redes sociais e que não constituíam um suporte satisfatório nas necessidades das famílias em relação ao cuidado e à educação dos filhos, menores de seis anos de idade.

4.2. Morfologia e Papel das Redes Sociais de Apoio à Família

A guarda do filho durante o trabalho remunerado, conforme apontado por Bruschini (2009), constitui um dos principais entraves para que as mulheres se lancem no mercado de trabalho. Diante disso, procurou-se identificar a morfologia das redes sociais, tanto internas quanto externas ao ambiente familiar das principais redes de apoio às famílias dos servidores do IFMG – *Campus Bambuí*.

Entre as famílias entrevistadas, 50% responderam que, até completarem um ano de idade, os seus filhos ficaram sob os cuidados de um cuidador pago; outras 10% afirmaram que as crianças ficavam com seus familiares, e ainda 10% disseram que as crianças ficaram com cuidador e também numa creche. Entre as demais entrevistadas, 30% das mães não trabalhavam fora, o que possibilitou uma disponibilidade maior para o cuidado do filho menor de um ano de idade.

Para ilustrar a presença da mãe durante o primeiro ano de vida da criança, apresentamos a seguir a fala de um pai ao responder sobre quem se responsabilizava pela criança na ausência dele e da mãe:

(...) meu irmão, minha cunhada, minha irmã; até que minha filha não ficou com a ausência nossa no primeiro ano, a gente sempre tinha a mãe “prá” ficar com ela; a mãe não trabalha. Na verdade, esta primeira questão nem aplicada a nós não porque a mãe ficava com ela (Entrevista 1, Pai).

Confirmando a resposta dada pelo pai, a mãe responde: “(...) Eu não trabalhava fora e não estudava ainda, somente o pai ficava ausente” (Entrevista 1, Mãe).

Retomando o pensamento de Fraser (1987), o fato de a mãe se dedicar à criação da filha não pode ser considerado como uma distinção *naturalis* de espécies a

distinção entre o trabalho não remunerado de criar filhos pelas mulheres e outras formas de trabalho, do ponto de vista das funções de reprodução sexual. Para a autora, percebe-se que a classificação *naturalis* da criação de filhos como reprodução simbólica, confrontando outro trabalho como reprodução material e de viés ideológico, poderia ser utilizada, por exemplo, para tornar legítima a separação institucional entre o trabalho de criação de filhos e o trabalho remunerado. Diga-se que muitas feministas entendem essa separação como um pilar das modernas formas de subordinação das mulheres. Essa separação poderia até ser utilizada em combinação com outros pressupostos, visando legitimar o confinamento das mulheres numa esfera separada.

Considerando que, na cidade de Bambuí, as creches só atendem crianças a partir de um ano de idade, pôde-se explicar a opção feita pelas mães de manterem um cuidador pago. Inferiu-se, a partir dos relatos das famílias entrevistadas, que, em se tratando de redes de apoio formal, o cuidador pago foi de extrema importância na conciliação entre o trabalho e a família. Em muitas situações do cotidiano, esses laços ultrapassavam o vínculo de patrão-empregado, conforme a fala da entrevistada a seguir:

As relações foram se estabelecendo naturalmente, ela sabe dessa minha preocupação em relação ao cuidado com a (...) ⁴, em relação a esses pontos que eu já listei e essa relação de tentar brincar distrair ao máximo a (...). Agora a relação nossa é muito boa, inclusive acho até que tem certo grau de afetividade, tanto da minha parte para com ela, quanto da parte dela para comigo. Por exemplo, no aniversário dela eu busco fazer surpresas dando presentes, sempre dou um presentinho pra ela assim. “To” comentando aqui na entrevista, não é questão de gloriar nem nada, mas ela também, quando faço aniversário me dá presentes, nem que seja uma lembrancinha, se ela viaja, ela me traz um presentinho. Eu também trago pra ela sempre que viajamos, então é uma relação com um grau de afetividade bom (Entrevista 10, Mãe).

Corroborando esta afirmação, o pai fala positivamente da relação, levando-se a inferir que houve maior investimento por parte da mãe para que esta relação fosse realmente de confiança: “(...) A relação é boa, tranquila”. (Entrevista 9, Pai).

Constatou-se que 66,66% das famílias deixaram os filhos de até seis anos de idade nas Instituições de Educação Infantil somente no período da tarde e, no período da manhã, a criança ficava sob a guarda do cuidador pago e, ou, de familiares. Pode-

⁴ Omitiu-se, de forma deliberada, o nome de pessoas conforme citado pelas entrevistadas, a fim de preservar o sigilo e a imagem delas, de seus familiares e de sua rede de apoio. Este aspecto também foi respeitado nas demais citações de entrevistas.

se explicar a utilização de período parcial dos serviços da IEI pelo fato de as instituições congêneres da cidade de Bambuí não atenderem crianças em período integral. As outras famílias, 33,34%, deixavam os filhos com cuidador pago em período integral. Considerando que o período de afastamento das mães concedido pelo benefício do direito à licença maternidade é de no máximo seis meses, percebeu-se, pelas falas das mães entrevistadas que trabalham fora do lar, que a volta ao trabalho se constituía em um grande desafio e *stress* para aquelas que não contavam com uma estrutura de apoio no lar, como a de um cuidador pago ou de um familiar. Havia, em geral, uma grande insegurança por parte das mulheres em deixar o filho sob os cuidados de outrem no retorno às suas atividades de trabalho. Neste momento, pôde-se inferir pelos relatos que as mães questionavam se o retorno financeiro e de realização pessoal que o trabalho remunerado lhes proporcionava compensaria sua ausência na criação do filho e se não valeria mais a pena dedicar mais tempo ao cuidado do filho.

Quanto aos homens, a manifestação de desconforto é menos explícita, pois veem os fatos com mais praticidade e pouco detalhamento, conforme relata este pai, quando questionado sobre quem se responsabilizava pela criança na ausência deles até o primeiro ano de vida da criança:

Na verdade a gente tinha babá e ela (criança) ia pra escolinha também, porque a gente tinha que ficar na Universidade; eu fazendo doutorado, a minha esposa fazendo mestrado. A gente tinha que ter esta dedicação exclusiva lá (Entrevista 3, Pai).

Confirmando, a mãe responde, dizendo que, naquele momento, moravam na cidade de Viçosa, justificando assim a possibilidade da criança frequentar uma IEI: “ (...) Nesta época nós morávamos em Viçosa. A criança veio com 1,6 ano para Bambuí (Entrevista 4, Mãe).

Quando questionada se o filho frequentava uma IEI, uma mãe com filho de 11 meses de idade demonstrou a sua insatisfação em relação às instituições de educação infantil da cidade, por só atenderem crianças a partir de um ano de idade. Pela sua fala, percebeu-se que houve uma busca por uma IEI que atendesse seu filho, conforme extrato a seguir: “ Por causa da idade, a escola só aceita a partir de um ano de idade. As duas escolas que eu perguntei não aceitaram” (Entrevista 8, mãe). O pai, neste caso, limitou-se a responder que o filho não frequentava IEI e, a seu ver, a idade ideal seria a de 2 ou 3 anos de idade.

Infere-se, pelos relatos, que a realidade do dia a dia para as famílias que contam com a ajuda de um cuidador pago vai se agravando com o crescimento da criança, já que, tendo a criança mais de seis meses de idade, legalmente deve a mãe retornar ao trabalho. Não havendo IEI que atenda crianças com menos de um ano de idade na cidade de Bambuí, isso requer uma disponibilidade de tempo e atenção ainda maior por parte de quem cuida. Esta situação pode ser confirmada pela fala de um pai quando questionado sobre o que achava mais difícil e importante no educar crianças de até seis anos de idade:

Muitas vezes o nosso modo de vida não nos dá tanto tempo, oportunidades pra “tá” educando integralmente a criança, isso que é o mais difícil, Tem que ter tempo para “estar” com seu filho. Estando com a criança, brincando, sinceramente, para um adulto, muitas vezes é complicado brincar com criança, não é a mesma coisa que uma criança brincando com outra criança, aqui em Bambuí, por exemplo, as pessoas não têm..., por exemplo, eu levo a (...) na casa de muita gente, mas as pessoas não levam lá em casa, não sei se é porque tem vergonha (Entrevista 1, Pai).

A mãe responde a esta questão expressando sua dificuldade em impor limites à criança: “Falar não. Tem hora que a gente é mole. Tem hora que é difícil falar um não, mas é preciso” (Entrevista 2, Mãe).

Nesse contexto, salienta-se novamente a importância das IEI, que, quando se estruturam para receber crianças menores de um ano de idade, como é o caso do Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI) e do Laboratório de Desenvolvimento Humano (LDH) da UFV, na cidade de Viçosa, MG, contribuem imensamente para a qualidade de vida das famílias, possibilitando cuidados e atividades educativas às crianças, que, mesmo antes de completar um ano de idade, necessitam de estímulos e dinâmicas que são oferecidos pela IEI. Sobre o LDI, em pesquisa realizada por Souza (2010) com mães funcionárias da UFV, foi relatada a importância daquela instituição, sendo considerada como fonte de grande apoio para a conciliação do *status* família-trabalho remunerado.

Quanto ao local de cuidado das crianças, 33,34% das famílias afirmaram que aquelas eram deixadas na sua própria residência, enquanto 66,66% das entrevistadas deixavam os filhos na IEI no período da tarde e, pela manhã, elas ficavam sob a guarda de cuidador pago e de familiares. Quanto ao número de horas que a criança fica com terceiros, foi afirmado, por 77,78% das famílias, que a criança ficava mais de oito horas diárias com cuidadores, enquanto que 22,22% das entrevistadas responderam que as crianças ficavam menos de oito horas diariamente com terceiros.

Trabalhando pelo menos oito horas diárias, em 42,86% das famílias entrevistadas, pagava-se o valor equivalente a um salário mínimo mensal ao cuidador, sendo também apurado que, sob o mesmo percentual de famílias, era também pago mais que o valor de um salário mínimo mensal. Portanto, em somente 14,29% das famílias entrevistadas eram pagos valores equivalentes a menos de um salário mínimo mensal ao cuidador, e, nessa situação, a jornada de trabalho do cuidador era sempre menor que oito horas diárias.

Nesse cenário, pode-se comentar o pensamento de Bourdieu (1998), que discute o papel das redes sociais na provisão de recursos, quando as relaciona com o capital social, de fundamental importância para o sucesso das conexões ou vínculos entre os atores envolvidos e das redes da qual fazem parte.

Questionadas as oito famílias que contavam com o apoio de um cuidador pago pelo menos de segunda a sexta-feira, de forma continuada, quais seriam as suas expectativas em relação ao cuidado dispensado por este cuidador, foram obtidas as respostas, apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Expectativas dos entrevistados em relação ao cuidador pago, Bambuí-MG

Famílias	Expectativas do pai	Expectativas da mãe
01	Que possa proporcionar cuidados semelhantes aos nossos, ofereça as necessidades básicas como a alimentação e o banho.	Que cuide bem, de forma carinhosa, que brinque com ela.
02	Que ela seja responsável pela criança e que a eduque.	Que dê carinho, alegria, todos os cuidados com a higiene, a alimentação, o vestuário.
03	Cuide da higiene, respeito, educação.	Dê carinho, atenção, cuidados com a higiene, a alimentação.
04	A cobrança é só mesmo em relação às meninas. Não tem cobrança nenhuma relacionada à casa, eu deixo isso bem claro.	Que se dedique mais ao cuidado com as meninas do que com os cuidados da casa, que ela converse baixo, que ela não grite, que ela tenha paciência.
05	Haja compreensão, carinho.	Que tenha atenção na hora do banho, na troca de fraldas, nas brincadeiras. Sempre fui preocupada com a interação com a criança.
06	Não deixar a criança machucar, dar atenção “prá” criança, que interaja com ela, brinque com ela, cuidar, dar banho, levar ao banheiro, evitar situações de risco, e que a respeite também como ser humano.	Que ela não deseduque, principalmente na parte moral, e nem influencie negativamente a criança. Que ela se comporte bem moralmente, se vista adequadamente, cuide da criança evitando acidentes.
07	Dê carinho, alimentação adequada e paciência.	É cuidar, ter carinho, atenção, ajudar a educar.
08	Não maltratar a criança	Que cuide da melhor forma possível, estando sempre atenta a qualquer alteração que a criança apresente. Sempre comunicar o que está alimentando, o que está acontecendo na minha ausência.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Com base nessas respostas, pôde-se inferir que a expectativa tanto do pai quanto da mãe é de que o cuidador pago seja o responsável por suprir as necessidades, tanto materiais quanto emocionais das crianças, substituindo-os nesta tarefa enquanto ausentes e fazendo aquilo que eles mesmos fariam se estivessem presentes. Isso confirma mais uma vez o pensamento de Bourdieu (1998), quando afirma que, no modelo de rede social, o elemento-chave para a consolidação das redes sociais é o sentimento de confiança mútua entre os indivíduos que compõem as redes, com reconhecimento das habilidades e competências. Portanto, percebeu-se que os pais e as mães manifestavam grande preocupação com os seus filhos no sentido de se garantir a sua segurança, acompanhando e monitorando as atividades do cuidador pago no dia a dia e, ao mesmo tempo, requerendo que se comunicassem sempre as rotinas cotidianas dos filhos. Nesse sentido: “Que cuide da melhor forma possível, estando sempre atenta a qualquer alteração que ele apresente, sempre comunicar o que está alimentando, o que está acontecendo na minha ausência” (Entrevista 16, Mãe).

Questionados sobre a forma como estava pautada a relação com o cuidador pago, 90% dos entrevistados (pai e mãe) demonstraram haver um vínculo que ultrapassa a relação patrão-empregado, conforme relatado no estrato apresentado. Entretanto, a relação entre o pai e a mãe e o cuidador pago pode variar conforme as expectativas e as experiências de cada família, traduzindo-se nos reflexos das ações do cotidiano e das próprias expectativas familiares em relação ao cuidador pago, conforme ilustra a fala de uma das mães entrevistadas: “A relação é estritamente profissional. Eu já tive outras babás que eu fui amiga e não deu certo, não só pela criança, mas amiga mesmo, então agora eu não quero me envolver” (Entrevista 4, Mãe).

Percebeu-se, durante a entrevista, que as mães carregavam uma grande frustração em relação ao nível de qualificação e capacitação profissional das cuidadoras, não podendo contar, assim, com uma mão de obra especializada, que recebesse orientação e treinamento sobre os cuidados que deveriam ser dispensados a uma criança. As próprias proprietárias das IEIs da cidade relataram ter dificuldade em encontrar profissionais com formação específica na área de educação infantil para contratação em seus estabelecimentos, pois não existem na região cursos de formação superior devidamente regulamentados e reconhecidos que habilitem e capacitem profissionais na área de educação infantil. Percebeu-se que a falta de oferta de profissionais com uma formação específica na área levam as IEIs a

restringirem a prestação de seus serviços, impedindo-as de utilizar toda a potencialidade de um mercado, que demanda, cada vez mais, apoio às crianças com idade inferior a seis anos de idade.

Nas questões relacionadas ao cuidador pago e à IEI, os homens demonstraram um envolvimento bem menor do que as mulheres, no que diz respeito às suas preocupações, ansiedades e frustrações. Inferiu-se, pelas suas falas, que o nível de detalhamento é menor e que preferem acreditar que a mulher é quem cuida do filho, conforme relato deste pai ao ser questionado sobre as expectativas do cuidado dispensado pelo cuidador às crianças:

Que cuide bem e proporcione cuidados semelhantes aos nossos. Na verdade, a (...) acorda quase na hora da gente chegar, então a pessoa fica mais é arrumando a casa. Que ofereça as necessidades básicas como alimentação, banho (pausa)... e só, eu acho que é tão pouco tempo aqui que muitas vezes é a mãe mesmo que dá banho (Entrevista 1, Pai).

Como afirmado por Portugal (2006), os homens tendem a relatar os fatos com mais praticidade e pouco detalhamento, apesar de identificarem, tal como as mulheres, os momentos marcantes da história de vida com momentos relacionados com a história familiar, como o casamento e os filhos.

4.3. Ações e eficácia das redes sociais ativadas pela família no cuidado e na educação das crianças menores de seis anos de idade

Para atender ao terceiro objetivo da pesquisa, foi questionada a colaboração do pai e da mãe, ou de outro membro da família no cuidado e na educação dos filhos. Respondendo sobre a colaboração da mãe, os pais foram unânimes em afirmar que a mãe colaborava efetivamente no cuidado e na educação dos filhos. Dentre as mães, oito das entrevistadas responderam que o pai atuava no cuidado e na educação dos filhos e apenas uma respondeu que a colaboração do pai não era regular, pois ele trabalhava em outra cidade, o que o impedia de oferecer uma colaboração mais significativa. O pai sai de casa pela manhã para trabalhar e, quando retorna do trabalho, à noite, a criança já está dormindo, havendo um contato permanente somente nos finais de semana e feriados.

Esses resultados vão ao encontro dos estudos realizados por Dessem e Braz (2000), em que as mães apontam o apoio do marido/companheiro como o principal

dentre os apoios recebidos e, em segundo lugar, o das avós maternas. Para os autores, o apoio de outros membros das redes é considerado menos importante. O companheiro é, portanto, um dos membros mais importantes da rede social no que tange ao apoio oferecido ao seu cônjuge na administração família-trabalho remunerado.

A não participação direta das redes sociais de parentesco das famílias entrevistadas no cuidado e na educação da criança ficou evidenciada pelo fato de grande parte dos familiares morarem outra cidade, justificado-se assim, por uma limitação espacial, que 70% das famílias entrevistadas tenham citado a limitação das redes familiares por não terem suas origens vinculadas à cidade de Bambuí. Porém, mesmo com esta limitação espacial, 60% das famílias entrevistadas responderam que havia a colaboração de familiares, principalmente dos avós maternos. Mesmo morando em cidades distantes, os familiares se deslocavam e permaneciam por um período de tempo com as famílias entrevistadas, auxiliando-as no cuidado e na educação dos filhos. Esta afirmação pode ser expressa na fala de uma entrevistada ao ser questionada se outro membro da família os ajudava quanto ao cuidado e à educação da filha:

Eventualmente, porque minha mãe ultimamente fica a metade do ano quase aqui comigo. A minha mãe ela veio o ano passado e ela presenciou como era difícil para mim aqui. Aí agora ela ta dividindo, metade do ano ela fica comigo e a outra metade ela fica lá com meu avó, pai dela, ela ta passando apertada também (Entrevista 12, Mãe).

O texto anterior confirma a fala de Portugal (2006), ressaltando a importância do apoio da rede de íntimos para a família, especialmente no cuidado e na educação das crianças.

Quando questionados sobre quem auxiliava no preparo das crianças para a escola, 75% dos entrevistados responderam ser a mãe a pessoa responsável pelo preparo e também por levar a criança para a escola. Em 12,5% dos casos, a mãe teve a ajuda do cuidador pago e 12,5% das entrevistas relataram que era o pai quem preparava a criança e a levava para a escola, mesmo sendo viúvo e mesmo contando com a ajuda dos seus familiares: pai, mãe e uma irmã.

Buscou-se identificar, ainda, quem auxiliava os filhos na realização das tarefas escolares e em que momento do dia se dava este auxílio. Das famílias entrevistadas, 50% responderam ser a mãe a responsável imediata pela ajuda nestas

tarefas e 37,5% afirmaram que quem mais auxiliava eram o pai, a mãe e os outros responsáveis. Finalmente, 12,5% responderam que era somente o pai (viúvo) quem ajudava nestas tarefas.

Segundo os relatos, estas tarefas escolares eram realizadas no período da noite em 62,5% das famílias, imediatamente após a criança retornar da escola para a sua casa e alimentar-se. Os 37,5% restantes disseram que as tarefas eram realizadas nos demais períodos. Pôde-se inferir, pelos relatos, que as mães tinham grande preocupação em oferecer aos filhos o apoio necessário para com a sua escola e suas tarefas, assumindo este papel sem delegar ao cuidador pago qualquer responsabilidade nesse sentido. No que diz respeito à escola, os relatos mostram que as mães, com exceção do pai viúvo, acompanhavam o dia a dia dos filhos e davam suporte a eles na escola, havendo, assim, uma interação bem saudável entre a IEI e a família no sentido de acompanhar a rotina de atividades da escola e o desenvolvimento do filho.

Referindo-se ao comportamento das famílias em relação à escola, ressaltamos o pensamento de Szymanski (2007), que afirma que as famílias de classe média desenvolvem estratégias de participação, tendo em vista a criação de condições para o sucesso escolar de seus filhos. A autora aponta outro fator a ser considerado: as estratégias de socialização familiar, se são complementares ou não às da escola. As famílias podem desenvolver práticas que venham facilitar a aprendizagem escolar, a exemplo de uma preparação para a alfabetização, além de desenvolver ou não hábitos coerentes com os exigidos pela escola, como a conversação.

Nos finais de semana, a organização familiar não seguia muitas regras, como pôde ser observado a partir das entrevistas. Os relatos das famílias demonstraram que a prioridade do pai e da mãe seria estar com os filhos e, mesmo que fizessem alguma atividade, como compras de supermercado, as crianças sempre acompanhavam os pais. Assim, o pai e a mãe dividiam a responsabilidade da casa e das crianças, pois, em somente 30% das famílias, o cuidador pago comparecia aos sábados para trabalhar. Pôde-se inferir pelos relatos do pai e da mãe que, nos finais de semana, optavam por dedicarem aos filhos sua atenção e presença, compensando, assim, as suas ausências durante a semana. Em relação ao cuidador pago, foram elaboradas sete perguntas, objetivando, assim, examinar a eficácia das redes no cuidado e na educação das crianças menores de 6 anos de idade. Neste sentido, inferiu-se pelos relatos que o cuidador pago seria considerado como uma rede de apoio formal, sendo

de fundamental importância para o apoio da família principalmente para a criança até um ano de idade, considerando que as IEI da cidade só oferecem seus serviços para crianças acima de um ano de idade.

Quando questionadas sobre a ocorrência de acidentes com a criança, 55% das famílias responderam nunca ter acontecido acidente algum enquanto que 45% responderam afirmativamente neste aspecto, sendo chamada a atenção para um relato:

Houve uma queda, ele caiu, machucou, cortou muito a boca. Caiu com o andador. Estava com o cuidador, eu tive que sair correndo daqui e levá-lo para o hospital. Machucou bastante quase quebrou o dentinho, a babá ficou transtornada também (Entrevista 4, Mãe).

Sobre a participação do cuidador pago pelo cuidado e pela educação dos filhos menores de seis anos de idade, as famílias manifestaram a importância da contribuição do cuidador no cuidado e na educação das crianças, pois, além do contato diário com a criança, o cuidador pago passa para a criança várias informações no dia a dia, que agregam conhecimento. Nesse aspecto, apresentamos o seguinte extrato:

Nossa, é quase cem por cento. Porque muitas das coisas que ela fala dentro de casa, assim, é muita responsabilidade da (...) que é a minha cuidadora, “né”? Porque chama a atenção, às vezes alguma coisa que ela fala, igual, eu achei engraçado que ontem ela viu um mosquitinho na lâmpada e ela disse aquilo ali chama aleluia... e aí eu perguntei, como é você sabe que chama aleluia, e ela me disse, foi a (...). Então, assim ela ensina muita coisa. Então, eu acho que é quase cem por cento. E é a minha complementação. De como se vestir, comer sozinha, escovar os dentes sozinha. Eu acho que se fosse comigo eu “tava” dando comida na boca até hoje, mas ela é muito independente (Entrevista 6, Mãe).

Na escolha do cuidador pago, as famílias relataram suas opções e o processo de contratação sem demonstrar dificuldade em encontrar oferta deste tipo de mão de obra na cidade. No entanto, os critérios adotados foram rigorosos, chegando próximo de um processo de seleção empresarial. Observou-se pelas respostas dos entrevistados que, embora haja uma grande oferta de mão de obra de cuidadores pagos na cidade de Bambuí, nem sempre esta mão de obra alcança o grau de eficiência e eficácia exigido pelas famílias, pois, conforme já mencionado, falta formação específica na área de cuidado e educação das crianças, provocando nas mães uma insatisfação por não poderem contar com serviços especializados. Esta situação faz com que, ao escolher o cuidador, as famílias sejam extremamente

critérios, para assim garantir o cuidado e a educação dos filhos ao saírem para o trabalho, conforme ilustra a fala de um pai:

A pessoa que “ta” com a gente hoje lá em casa? Olha, na verdade foi até engraçado que nós fizemos um processo seletivo lá em casa. Chegou até currículo “pra” gente lá em casa, por envelope, mas em algumas entrevistas, mostramos realmente o que era o serviço, o que a gente queria lá em casa e essa pessoa que “ta” lá hoje ela nunca tinha trabalhado fora né? A gente ficou em decisão com ela e outra senhora, mas tivemos muito boa referência da mãe dela e por esse fato a gente resolveu dar uma chance, fazer uma experiência e a minha filha hoje é apaixonada por ela, então o que a gente levou ao interesse foi, preocupa mais com a (...), casa... graças a Deus “tá” indo bem (Entrevista 5, Pai).

Em 75% das famílias entrevistadas já houve mudança de cuidador pago, enquanto 25% das famílias permaneceram com o mesmo cuidador pago desde a sua contratação. Nas mudanças de cuidador pago, os pais acompanhavam as crianças, permanecendo em casa durante um período do dia, em sistema de revezamento entre pai e mãe, conforme a disponibilidade de cada um, para que a transição fosse tranquila e para que a criança não sentisse os impactos da mudança. Dentre as famílias que mudaram de cuidador pago, houve grande manifestação de descontentamento em relação ao cuidador antigo, chegando a gerar desconfiança e transtorno para a família. Um relato de uma mãe demonstrou grandes dificuldades com a cuidadora anterior da criança, gerando desconforto para a família e causando abalos na estrutura psicológica da criança, levando-a a fazer um tratamento terapêutico:

A gente tinha uma babá que morava conosco aqui, é que a criança, ela passa por um tratamento psicológico em Belo Horizonte. A gente leva, “tava” levando toda sexta-feira, agora leva a cada quinze dias, e uma das coisas que eles levantaram lá, porque quando a gente levou ela pra lá, a gente pensou que ela era hiperativa, por causa das dificuldades que a gente tinha de lidar com ela mesmo nos cuidados básicos, dar um banho. A gente “tava” quase enlouquecendo aqui, falava com o (...) (pediatra) ele não acreditava porque lá ela se comportava como uma lady. Aí, a gente filmou e levou e ele indicou essa clínica lá em Belo Horizonte. Então a gente passa por uma terapia de casal junto e durante o período que a gente “ta” na terapia ela fica com a psicopedagoga e uma psicóloga e lá e..., graças a Deus eles constataram que ela não tinha nenhuma patologia e que o problema da (...) é o QI elevado e a gente não sabia lidar com isso. Ela pega as coisas muito facilmente e aí a gente teve que mudar a forma como lidar com ela. Eles classificaram ela como uma criança contestadora. Hoje em dia parece que eles não falam mais QI, né? Eles falaram que não é mais quantidade é qualidade. A qualidade da inteligência dela é muito refinada. Eles ficaram encantados com

ela, só que a gente não sabia lidar com isso né? Então, ela era taxada de pirracenta, hiperativa e não era nada disso. E tinha uma empregada que morava aqui em casa, não sei se você conheceu ela, uma que morava comigo, porque ela “tava” coagindo psicologicamente a (...) sabe, então foi muito complicado (Entrevista 12, Mãe).

Infere-se que falta para as cuidadoras um mínimo de capacidade no atendimento dos cuidados exigidos para as crianças, especialmente as que contam com menos de um ano de idade. Além disso, a falta de cursos de qualificação e capacitação para este cuidado reflete diretamente na satisfação das famílias pela falta de oferta de uma mão de obra especializada, com cuidadoras com uma formação específica na área infantil.

4.4. Importância das instituições formais de educação infantil como rede de apoio às famílias com filhos pequenos

Para responder ao quarto objetivo, sobre a importância das instituições formais de educação infantil e a sua colaboração para com as famílias de camadas médias da população, foram elaboradas dez perguntas relativas às IEIs de Bambuí. Apontada como uma vantagem na socialização da criança, conforme Rapoport e Piccinini (2004), a creche, em comparação com o cuidado familiar ou de empregados, oferece contato com outras crianças, além de espaços mais seguros e maiores. Ainda segundo os autores, inicialmente as creches eram ocupadas por famílias operárias, cuja mãe precisava trabalhar e, com o passar dos anos, estas creches passaram a ser procuradas por famílias de outras classes sociais, pois a entrada da mulher no mercado de trabalho promoveu mudanças estruturais nesses estabelecimentos, inclusive com o aumento do número deles.

Questionadas sobre a idade ideal para que a criança inicie a sua ida para a IEI, 40% das famílias responderam que o ideal seria de 1 a 2 anos; outras 30% informaram que seria de 2 a 3 anos; 20% disseram ser ideal aos 3 a 4 anos, e, finalmente, 10% relataram que o ideal é até 1 ano de idade. Destacou-se a resposta de um pai ao ser questionado sobre qual idade a criança deveria iniciar na IEI:

Acho que um ano seria ideal, pela pouca experiência que eu tenho com minha filha, a gente a colocou com seis meses não foi legal, foi frustrante pra gente. Foi necessário. Não tinha outra maneira, deixava ela chorando ela agarrava no pescoço, não era bom não (Entrevista 3, Pai).

Esse pai respondeu a pergunta confirmando a sua frustração por ter matriculado a criança tão cedo na escola:

No começo igual eu falei todos os professores sempre gostaram muito da minha filha, mas no “comecinho”, no momento que ela entrou na escola, o momento que era chocante era na hora da gente entregar lá na escola, mas, depois, lá dentro, a gente chegava, ela estava sempre brincando, sempre se divertindo, mas esse momento de separar dos pais, tão novinha, é que eu acho que era meio frustrante (Entrevista 3, Pai).

Refletindo sobre o último relato, buscamos o pensamento de Àries (1978), que afirma que, em nossa sociedade, nos dias atuais, a restrição da criança ao domínio familiar é menos frequente, sendo crescentemente colocada em instituições de ensino desde a tenra idade, sendo, por isso, mais disseminada a dimensão profissionalizante da responsabilidade pela criança por instituições de ensino especializadas em seu cuidar e educar.

Entre as famílias entrevistadas, apurou-se que 70% das crianças frequentavam uma IEI e que, em 40% deste grupo de famílias, a opção foi pela impossibilidade da criança ficar sob os cuidados de um familiar. Confirma-se assim que a creche aponta vantagens, conforme Rapoport e Piccinini (2004), quanto a aspectos de socialização da criança, em comparação com o cuidado familiar ou de empregados, pois oferece contato com outras crianças, além de possibilitar espaços mais seguros e maiores, como foi confirmado pelo relato a seguir: “Como a gente não conhecia ninguém quando a gente veio pra cá, ela não tinha coleguinha “prá” brincar, “tava” muito sozinha, então foi um dos motivos que a gente colocou na escola, “pra” brincar.” (Entrevista 2, Mãe).

Das 30% das famílias cujos filhos não frequentavam uma IEI, o fator idade foi apontado como principal motivo, pois em 66,66% destas famílias os filhos tinham menos de dois anos de idade, e, nos demais 33,33% , tinham menos de um ano de idade. Conforme relatado, as IEIs da cidade não ofereciam seus serviços para o cuidado de crianças menores de um ano de idade. Percebe-se que as demandas locais poderão influenciar para que ocorram mudanças na estrutura das IEIs, no sentido de atender às necessidades das famílias com filhos menores de um ano de idade. Bastos et al. (2002) já discutiram a esse respeito e afirmaram que as Instituições de Educação Infantil têm passado por transformações e mudanças, como fruto de alterações e novas concepções da criança, da educação e da qualidade dos serviços prestados por estas instituições à sociedade. Ainda, conforme Bastos et al. (2002), a expansão da rede de creches constitui um marco em prol da Educação Infantil, que

surgiu como consequência de uma pressão popular através do Movimento de Luta por Creches, em 1979, sobretudo no Estado de São Paulo, com a criação de novas vagas nestes estabelecimentos para que as mulheres pudessem trabalhar, com o objetivo de auxiliar no combater à pobreza.

Em relação à satisfação das famílias com o serviço prestado pela IEI, 57,14% delas responderam que se sentiam satisfeitas com o serviço. Porém, os 42,86% restantes não estavam totalmente satisfeitas, apontando falhas da escola, como aspectos de comunicação deficiente ou inexistência de informações aos pais, falta de planejamento das atividades, e exclusão dos pais no processo de tomada de decisões, conforme confirmado pelo relato a seguir:

Os pais poderiam ajudar na tomada de decisões, o que não acontece. Eles tomam as decisões e não falam com os pais, vai fazer uma coisa, marca na data que quer, marca do jeito que quer, cobra o preço que quer, e não tem essa intercessão... “né”? “Cê” tem filho lá e já deve ter percebido isto também, por exemplo, sinceramente, uma semana fala que não vai ter aula e não chama “prá” dialogar, só fala que é a semana de “saco cheio” e fica por isto mesmo. Simplesmente fala que não vai ter aula e você se vira (Entrevista 1, Pai).

Essa falta de comunicação e de interação com os pais, na percepção dos entrevistados, comprometeria a credibilidade das IEIs enquanto auxiliares no cuidado e na educação das crianças, trazendo uma preocupação dos pais em relação à educação e ao cuidado de seus filhos. Segundo Szymanski (2007), no modelo racional, as escolas se portam como as detentoras do poder de decisão e do conhecimento. É de se esperar choque com os pais que seguem outras tendências. Ainda Szymanski (2007) afirma que os conflitos entre famílias e escolas podem advir das diferenças de classes sociais, valores, crenças, hábitos de interação e comunicação subjacentes aos modelos educativos. Tanto crianças quanto pais podem comportar-se segundo modelos que não são os da escola.

4.5. Estratégias adotadas pelos familiares em face da inexistência ou impossibilidade de redes de suporte no cuidado dos filhos

Para atender ao quinto objetivo da pesquisa, buscou-se identificar as situações em que as famílias não puderam contar com a rede de apoio e quais foram as consequências dessa falta. Entre as famílias entrevistadas, 70% responderam que

houve momentos em que não puderam contar com a ajuda de terceiros no cuidado e na educação dos filhos; 10% afirmaram que contavam, de forma constante, com o auxílio de familiares, e outros 20% apontaram consequências que refletiram em suas vidas e até mesmo em suas decisões, conforme o relato a seguir:

Primeiro meu estado emocional e psicológico fica em frangalhos nessas situações. Então, a qualidade da atenção que eu dou pra minha filha diminui muito, é claro. Eu acho que é você está com ela ali, mas não está, é muito complicado isso. É, às vezes, você entra em conflito com seu companheiro porque você começa a cobrar que ele deveria faltar ao trabalho e você não, porque você já faltou tantas vezes e que interfere na sua vida conjugal sim, é muito complicado, e sem falar da vida profissional, porque aí você vai e tem que desmarcar compromissos que são inadiáveis, que não tem como, e aí você tem que pedir pra um colega, às vezes, para te substituir e é muito chato, tem que enfrentar um chefe que às vezes não entende isso daí. Então é... nossa!..., mas eu acho que o pior é a qualidade da atenção que você dá que é pesado. Você estar ali e não está, e a vida conjugal que você cobra do outro, cobra, e aí vira uma bagunça, quando você vê “cê” “tá” brigando com marido, com filho (Entrevista 12, Mãe).

O extrato anterior confirma o comprometimento da qualidade de vida da família no enfrentamento de situações em que não puderam contar com a rede de apoio, reafirmando que a família não é uma unidade social isolada, mas sim um todo complexo, constituído por diferentes indivíduos que formam elos e relações recíprocas entre si e com outros grupos de suas redes sociais, visando à melhor qualidade de vida para todos os membros da família. Pelo posicionamento de um pai quanto à falta de redes de apoio, é possível inferir que houve uma influência direta na decisão do casal sobre o trabalho fora do lar:

Fez com que minha esposa parasse de trabalhar fora. E outro fator é que a gente não participa de evento nenhum que a gente não possa levar a (...). A não ser que seja o horário de aula dela que é o meu horário de trabalho (Entrevista 5, Pai).

O relato anterior remete a Bruschini (2009) e, também, a Fleck e Wagner (2003), que afirmam a existência de modelos familiares onde se segue a questão de gênero. Em especial, neste relato, estaria bem demonstrada a repartição desses papéis. Havendo a necessidade de dispensar maior cuidado aos filhos, retira-se da mulher a oportunidade de estar no mercado de trabalho, em detrimento de seu futuro cultural e profissional, para ficar em casa e ocupar-se de tarefas e papéis “femininos”. Ressalte-se que, nessa situação, se enquadram lares em que vigora a tradicional divisão de papéis entre o masculino provedor, realizador de atividades

braçais, e o feminino, enquanto reprodutor, acumulando as tarefas e maior responsabilidade pelo trabalho doméstico e no cuidado e na educação dos filhos. Nota-se que, neste caso específico, as redes de apoio não estariam em funcionamento, o que estaria trazendo dificuldades no cotidiano familiar exatamente porque haveria a perda de participação social dos membros da família para prestar mais tempo ao cuidado das crianças.

Questionadas se gostariam de que o IFMG – *Campus* Bambuí oferecesse apoio no cuidado e na educação dos filhos, 80% das famílias manifestaram positivamente o desejo de existência uma creche no local, como tinha anteriormente⁵. Pelas falas dos pais e das mães, inferiu-se que, se houvesse no local uma estrutura de apoio oferecido aos filhos dos servidores, a qualidade de vida da família poderia ser melhor, refletindo até mesmo na produtividade enquanto docentes, pois o nível de *stress* seria menor, considerando a segurança proporcionada pela oferta de um serviço aos seus filhos, garantindo-lhes segurança, cuidado e educação. Considerando a construção ou a ativação de uma creche dentro do IFMG - *Campus* Bambuí, onde abrigasse os filhos das docentes mães, percebeu-se, pelos relatos, que esta creche, em princípio, poderia abrigar apenas seus filhos com idade a partir de seis meses de idade e até a idade de um ano, quando então poderiam se matricular nas IEs da cidade. A fala de um pai demonstra a expectativa de que se crie uma creche na instituição federal:

Sim. Uma creche bem estruturada, porque ela tem condições, se ela assumir um compromisso, ela vai disponibilizar um serviço de boa qualidade porque ela tem condições pra isso. Teria condições de oferecer um trabalho de boa qualidade e adaptando as necessidades dos funcionários da instituição que têm filhos pequenos (Entrevista 11, Pai).

Em 20% das famílias entrevistadas, as respostas divergiram das demais, pois uma mãe, docente do IFMG – *Campus* Bambuí, preferiria a flexibilização nos horários de trabalho para que tivesse condições de assistir à filha de três anos de idade. Outra mãe, também docente, respondeu:

Olha, hoje não, só se eu tivesse um filho menor, aí sim, “né”? Se eu tivesse uma criança recém-nascida, eu preferiria. Na idade da (...) eu até prefiro que ela fique na cidade por causa das atividades extracurriculares que ela faz. Ela agora quer entrar na aula de música, coisa que não dava “pra” ter aqui na escola junto com a

⁵ Informa-se que já houve, há muitos anos, nas dependências da antiga Escola Agrotécnica Federal, uma creche para recepção e atendimento dos filhos dos servidores da Instituição.

creche oferecer. Agora uma criança menor eu gostaria, o recém nascido pra mim seria o ideal até na idade da (...). Já na idade da (...) eu prefiro que ela fique lá na cidade mesmo (Entrevista 5, Mãe).

O extrato anterior nos faz refletir sobre o fato de as IEIs da cidade de Bambuí não oferecerem seus serviços a crianças menores de um ano de idade, conforme mencionado anteriormente. Pode-se inferir pelas respostas que as mães com crianças menores de um ano de idade, ao retornarem para o trabalho após seis meses de afastamento pelo gozo legal da licença-maternidade, depararam com este problema, não tendo uma instituição de ensino onde pudessem deixar seus filhos. Considerando as modificações no contexto familiar decorrentes do nascimento dos filhos, há uma necessidade evidente de a família encontrar um equilíbrio para lidar com as situações que surgem nesses períodos. Destaca-se, então, a importância da rede social de apoio para adaptação da família às novas circunstâncias. É que muitas mães poderiam continuar amamentando seus filhos se estivessem próximos deles, ou seja, poderia fazê-lo em um espaço dentro do próprio IFMG – *Campus* Bambuí, mas deixam de fazê-lo em face da localização desta Instituição na zona rural da cidade de Bambuí, a uma distância de aproximadamente três quilômetros de seu entorno urbano. Percebe-se, então, o reflexo desta impossibilidade de acesso às redes sociais de apoio não só na qualidade de vida da família, que sofre um desgaste psicológico e emocional, como também na própria atividade profissional, que, requerendo maior dedicação, sobrecarrega principalmente as mulheres em suas funções de mães, esposas e docentes.

Neste estudo, que incluiu homens e mulheres, foi impossível ignorar as diferenças entre os discursos de cada um. O mesmo roteiro produzia narrativas muito diferentes entre homens e mulheres. Há temas que despertaram mais a atenção de uns do que de outros e assuntos que geram longas considerações de uns, recebem apenas relatos circunscritos de outros. Nesse sentido, inferiu-se, pelas respostas, que os pais disponibilizavam parte do seu tempo e esforços diários no cuidado e na educação de seus filhos, ainda que não estivessem presentes durante todo o tempo em que a criança permanecia no lar. A responsabilidade da administração do lar, incluindo os cuidados dispensados à criança, é exercida pelos pais que, ainda que ausentes, controlam a atividade doméstica.

Com relação à ausência de qualificação e capacitação profissional específica na cidade de Bambuí, dentre as alternativas que poderiam ser

construídas, evidencia-se a necessidade da busca de parcerias entre Instituições que oferecem formação de mão de obra na área de educação infantil, como é o caso do curso oferecido pelo Departamento de Economia Doméstica – Educação Infantil, da UFV, em Viçosa/MG, o qual poderia, através de convênio com o IFMG – *Campus* Bambuí, ser oferecido aqui, na cidade de Bambuí, e, assim, atender a uma demanda evidenciada no momento da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal analisar o cuidar e o educar crianças menores de 6 anos de idade, na perspectiva de famílias de camadas médias da população e investigar o suporte oferecido pelas redes de apoio social a estas famílias.

Uma série de aspectos constatados nesta pesquisa contribui para esclarecer o objetivo principal e os objetivos específicos. Quanto ao primeiro objetivo específico, consubstanciado no perfil socioeconômico das famílias entrevistadas, concluiu-se, primeiramente, que a composição familiar, pautada no modelo de família nuclear, considerada a presença constante do pai e da mãe, proporcionava segurança recíproca entre o casal quanto à responsabilidade e o cuidar e educar dos filhos. É que as entrelinhas de suas falas remetem para expectativas de confiabilidade entre os parceiros, direcionando suas ações conjuntamente quanto ao cuidado com seus filhos. Também, o alto nível cultural das famílias entrevistadas, conjugada com aspectos da elevada renda familiar, trouxeram maiores possibilidades e comodidades ao cuidado e à educação das crianças, em termos de contratação e de participação de uma cuidadora paga no lar pelo menos em uma parte do dia, e também na frequência das crianças em uma Instituição de Educação Infantil noutra parte do dia, trazendo consigo um aumento de apoio e participação das redes sociais formais no cotidiano dos lares entrevistados.

Determinou-se, pelos dados do estudo, que as famílias entrevistadas foram motivadas em sua vinda para a cidade de Bambuí-MG, pela oportunidade de ingresso no serviço público através de admissão por concurso para docentes do IFMG – *Campus* Bambuí, concluindo-se que tiveram como fatores limitativos e de

necessidades permanentes, em sua chegada e permanência, da falta de moradias e de aspectos de deficiência de fornecimento de serviços de saúde na cidade, o que trazia preocupações para o domicílio, conforme suas falas. A presença de familiares já residindo na cidade de Bambuí influenciou diretamente na vinda de todas as famílias que se enquadravam nesta situação. Para as demais famílias, entretanto, acrescentou-se como uma limitação o desconhecimento das condições da cidade e da ausência de uma rede de íntimos no local pela inexistência de parentes na cidade. Foram determinantes, ainda, as limitações em oferta de emprego para os cônjuges que não eram docentes e a falta de apoio das redes sociais constituídas após a sua vinda para a cidade.

Quanto ao segundo objetivo específico deste estudo, no que se refere à morfologia e ao papel das redes sociais de apoio para as famílias entrevistadas, concluiu-se que, em função da atividade profissional, pais e mães não poderiam compartilhar a dedicação diária aos filhos, ocasião que entrevam em cena as redes sociais, constituídas de elos tanto afetivos quanto sociais ou profissionais. Essas redes estavam consubstanciadas, conforme dados do estudo, nas relações interpessoais com parentes, cuidadores pagos e instituições de educação infantil da cidade de Bambuí.

Concluiu-se, em relação às instituições de educação infantil da cidade, que estas não proporcionavam a recepção e o cuidado das crianças com menos de um ano de idade e, ainda, não recebiam crianças em período integral, alterando, dessa forma, as rotinas familiares. Assim, até completarem um ano de idade, havia a inclusão de familiares e de cuidador pago no cotidiano familiar, além de maior permanência das mães junto com as crianças. Afirma-se, a partir dos relatos das famílias entrevistadas, que, em se tratando de redes de apoio formal, o cuidador pago foi de extrema importância na conciliação entre o trabalho e a família e, em muitas situações do cotidiano, esses laços ultrapassavam o vínculo de patrão-empregado.

Para as mães que trabalham fora do lar, o retorno às atividades de trabalho após o período legal de licença-maternidade constituía um grande desafio e *stress* para aquelas que não contavam com uma estrutura de apoio no lar, como a de um cuidador pago ou de um familiar, gerando insegurança em deixar o filho sob os cuidados de outrem. Nos relatos, essas mães questionavam a dicotomia entre permanecer cuidando das crianças e a compensação do retorno financeiro e de realização pessoal que o trabalho remunerado lhes proporcionava.

Observou-se conclusivamente que os relatos de como se dava a relação entre a criança e a escola e o cuidador pago despertavam mais, nas mães, a necessidade de expressar as facilidades ou dificuldades que decorriam daquelas relações. Quanto aos pais, evidenciaram-se situações menos desconfortáveis e mais práticas no cuidado de seus filhos, revelando menor grau de envolvimento no cuidado e na educação das crianças. Os docentes do sexo masculino internalizavam mais sua função profissional e a própria cultura institucional, fazendo das respostas uma justificativa de seu tempo disponibilizado ao trabalho em detrimento do cuidado com seus filhos.

Em razão dos relatos, conclui-se que a realidade do dia a dia para as famílias que contam com a ajuda de um cuidador pago vai se agravando com o crescimento da criança, pois, com o crescimento, ela requer uma disponibilidade de tempo e atenção ainda maior por parte de quem do cuidador. Foram determinantes os relatos de que, a partir de um ano de idade, a criança já visitava instituições de Educação Infantil, mas, ainda, havia uma grande permanência de seu tempo aos cuidados de cuidador pago.

Concluiu-se também que a ausência do pai e da mãe no ambiente doméstico possibilitava que tivessem algumas expectativas com relação ao cuidador pago no cuidado com as crianças. Essas expectativas foram no sentido de se pretender maior responsabilidade do cuidador no suprimento de necessidades materiais e emocionais das crianças, substituindo os pais nestas tarefas. Todavia, ainda assim, os pais demonstraram monitorar as atividades cotidianas do cuidador pago em relação ao cuidado e à educação das crianças. Evidenciou-se, pelos relatos das mães e das proprietárias de Instituição de Educação Infantil, grande descontentamento pela ausência de formação e de qualificação técnica das cuidadoras pagas, o que demonstra um vácuo no preparo das cuidadoras nesse sentido.

Apurados os dados quanto ao terceiro objetivo, consubstanciado nas ações e na eficácia das redes sociais ativadas pela família no cuidado e na educação das crianças menores de 6 seis anos de idade, concluiu-se que, pelos relatos, os pais foram unânimes em afirmar que a mãe colaborava efetivamente no cuidado e na educação dos filhos, sendo confirmado menor grau de participação paterna no cuidado e na educação dos filhos. Também, por não terem parentes na cidade, uma grande parte das famílias pesquisadas não teve a participação direta das redes sociais de parentesco quanto no cuidado e na educação da criança, sendo, porém, verificado que, mesmo tendo esta limitação especial, havia uma frequência considerável de

visitação de parentes, residentes em outras cidades, nos lares entrevistados, mesmo que esta visita se desse de forma eventual.

Conforme ainda os dados do estudo, seria a mãe a maior responsável pelo preparo das crianças para a escola e pelo auxílio na realização das tarefas escolares, assumindo estas atividades sem delegar ao marido e ao cuidador pago qualquer responsabilidade, reificando um papel feminino nesta função. Porém, os relatos estariam convergidos no sentido de que, nos finais de semana, a responsabilidade no cuidado das crianças era do casal.

Foi determinante a conclusão dos relatos familiares de que, para as famílias, a importância da contribuição do cuidador pago quanto ao cuidado e à educação das crianças, pois, além do contato diário com elas, o cuidador pago passava para a criança várias informações no dia a dia, que agregavam conhecimento. Não havia a escassez de mão de obra de cuidadores pagos na cidade de Bambuí, conforme os relatos, o que possibilitou uma seleção com maiores cuidados excessivos pelas famílias para a admissão de cuidadores pagos, buscando as melhores referências, mas revelando-se por parte das cuidadoras uma ausência de melhor conhecimento e capacitação técnica. Esta situação contribuía para a permanência de um dos membros do casal no lar após a admissão do cuidador pago, para que se fizesse uma adaptação com a criança e com as rotinas da casa. Mesmo assim, foi relevante a grande mobilidade de cuidadoras nesse sentido.

Também, em atendimento a mais um objetivo da pesquisa, buscou-se a importância das instituições formais de educação infantil como rede de apoio às famílias com filhos pequenos e, para isso, grande parte determinou, em seus relatos, ser de 1 a 2 anos a idade ideal para que a criança pudesse iniciar a sua frequência a numa Instituição de Educação Infantil. Igualmente, a impossibilidade de cuidados pela ausência de familiares e de cuidadores no lar foi o grande motivo para que as crianças pudessem frequentar uma IEI, conforme dados do estudo.

O maior fator impeditivo para a frequência escolar apurado no estudo foi a tenra idade das crianças, especialmente abaixo de 2 anos de idade. Ainda, concluiu-se, pelo cruzamento das informações, um significativo descontentamento pelos serviços prestados pelas Instituições de Educação Infantil da cidade, quase paralelo com a satisfação positiva. Isso se explica, conforme relatos, pelas deficiências técnicas e de infraestrutura das escolas da cidade, quanto ao cuidado com crianças menores de 6 anos de idade.

Da mesma forma, em atendimento a mais um objetivo deste estudo, buscou-se analisar as estratégias adotadas pelos familiares em face da inexistência ou impossibilidade de suporte das redes no cuidado dos filhos e, para isso, os relatos evidenciaram conclusivamente da existência de consequências que refletiram em suas vidas e até mesmo em suas decisões de permanência em emprego. É que, nesta situação, ficou, em alguns lares, demonstrada a questão de gênero, mostrando uma repartição de papéis masculino e feminino, pois, havendo a necessidade de dispensar maior cuidado aos filhos, retirou-se da mulher a oportunidade de estar no mercado de trabalho, em detrimento de seu futuro cultural e profissional, para ficar em casa e ocupar tarefas e papéis “femininos”, de reprodução e do cuidado com as crianças. Nessa situação, manteve-se a condição cultural de ser o pai o provedor e mantenedor do lar, realizador de atividades braçais. É interessante ressaltar que, mesmo os casais que trabalhavam no mesmo local, em caso de necessidade, era a mãe quem se ausentava do local de trabalho para prestar maiores cuidados aos filhos, causando, muitas vezes, conflitos e cobranças da mãe para com o seu marido. Esses relatos demonstram que pai e mãe têm valores diferentes, associados aos papéis de gênero masculino e feminino, inclusive trazendo problemas psicológicos para a mãe, associados à realização de uma dupla função pela participação ativa nos ambientes público e privado, sem o reconhecimento ou auxílio do marido no cotidiano doméstico, o que demonstrava sentimento conflitante entre o ser mãe e ser profissional.

Pela ausência ou deficiência de redes de apoio, que não estariam em funcionamento, foi apurada conclusivamente a existência de dificuldades no cotidiano familiar quanto à perda de participação social dos membros da família, objetivando dispensar maior cuidado com as crianças. Somente eram frequentados os ambientes nos horários de possibilidade do casal ou aqueles onde as crianças pudessem também ir.

Foram unânimes os relatos de pais e mães que gostariam que o IFMG – *Campus* Bambuí oferecesse apoio no cuidado e na educação dos filhos quanto ao fornecimento de uma creche no local, como havia anteriormente, pois possibilitaria um maior contato com as crianças, mesmo durante o período de trabalho.

Conclui-se, neste estudo, a grande importância das Instituições formais de Educação Infantil e sua colaboração com as famílias de camadas médias da população e com filhos menores de seis anos de idade, em relação às outras redes

formais, como o cuidador pago. Apontada como uma vantagem na socialização da criança, a creche, em comparação com o cuidador pago, oferece contato com outras crianças, além de espaços mais seguros e maiores. Porém, apesar de sua importância e demanda crescente pelos seus serviços, as IEIs da cidade de Bambuí são em número reduzido, não oferecendo alternativas que satisfaçam ao seu público-alvo, que são as famílias com pais profissionais e, principalmente, por não atenderem crianças menores de um ano de idade. Essas limitações interferem na qualidade de vida laboral dos pais e no ambiente doméstico das famílias. Diante da extensão do tema proposto nesta pesquisa e suas implicações no cotidiano das famílias de camadas médias da população, conclui-se que há muito a ser pesquisado e estudado por outros trabalhos relacionados ao assunto.

O prazer de trabalhar com o tema instigou a reflexão dos assuntos da família, que, a partir de então, foram sendo construídos no sentido de aprimorar o conhecimento relativamente ao cuidar e educar de crianças menores de 6 anos de idade, dentro de um contexto da utilização das redes sociais de apoio à família. Conforme todos os dados levantam, neste estudo, e como acima citados, a hipótese formulada foi evidentemente confirmada, no sentido de que as redes sociais formais e informais são imprescindíveis no cuidado e na educação das crianças menores de 6 anos de idade, nas famílias de camadas médias da população, sendo destacadas, assim, como um dos fatores responsáveis pela manutenção do equilíbrio e da dinâmica familiar. Além disso, foram vivenciados os problemas das famílias e seus reflexos no trabalho, abrindo uma possibilidade de se desenvolverem ações dentro do IFMG - *Campus* Bambuí que possibilitem o aprimoramento da gestão atual do Instituto.

Para a linha de pesquisa “Família, bem-estar social e qualidade de vida”, do Programa de Pós Graduação em Economia Domestica da UFV, foi verificada a importância de se refletir sobre problemas enfrentados pelas famílias no meio social em que estão inseridas em relação ao cuidado e à educação de seus filhos menores de 6 anos de idade. Ainda, para o Programa, a realização de uma pesquisa neste sentido, em uma cidade com as características de Bambuí, que conta com latente crescimento demográfico e com limitações de infraestrutura, poderá induzir a outros estudos e conseqüentemente à ampliação dos trabalhos de pesquisa propostos pela Economia Doméstica.

Esclarece-se, entretanto, que foi fator de limitação deste estudo a insegurança dos entrevistados quanto à possibilidade de os dados serem usados para outros objetivos, quer profissionais ou não, indicando que muito mais se tem a investigar sobre o tema. Novas pesquisas deverão ser feitas sobre esta temática, para que, cada vez mais, se compreendam os contextos em que famílias de camadas médias da população cuidam e educam crianças menores de 6 anos de idade. Certamente, esta investigação poderá contribuir para que novas redes sociais de apoio à família, especialmente as formais, sejam construídas e estruturadas de forma a atender as demandas de famílias. Também, com os resultados apresentados, as redes já existentes podem ser ampliadas e fortalecidas. Espera-se que as informações contidas neste estudo possibilitem meios de repensar novas estratégias para a melhoria no cuidado e na educação de crianças menores de 6 anos, principalmente para suporte para as famílias que se sentem atingidas pela fragilidade das estruturas de apoio da família.

Com relação à ausência de qualificação e capacitação profissional específica das cuidadoras pagas, na cidade de Bambuí, dentre as alternativas que poderiam ser construídas, evidencia-se a necessidade da busca de parcerias entre Instituições que ofereçam formação de mão de obra na área de educação infantil, como é o caso do curso oferecido pelo Departamento de Economia Doméstica – Educação Infantil, da UFV, em Viçosa, MG, o qual poderia, através de convênio com o IFMG – *Campus* Bambuí, ser oferecido aqui, nesta cidade, e, assim, atender a uma demanda evidenciada nesta pesquisa.

6. REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). **Família, redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

AMARAL, V. **Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida**. 2010. Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste.cfm>. Acesso em: 21 jun. 2011.

ARAÚJO C.; SCALON, M. C. I. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007 (reimp.).

ARAÚJO, J. B. C.; VASCONCELOS, H. E. M.; PIMENTEL, J. C. M.; PAIVA, F. F. de A.; MARINHO, F. de A.; MATTOS, A. L. A. **Elementos constitutivos de capital social nos projetos de assentamento Che Guevara e Santa Bárbara, localizados no Estado do Ceará**. 2010. Disponível em: <<http://www.cnpat.embrapa.br>>. Acesso em: 21 jun. 2011.

ARIÈS, P. **Historia social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

ASSOCIAÇÃO SERRA DA CANASTRA. **Mapa geográfico de Bambuí**. 2010. Disponível em: <<http://www.serradacanastra.com.br>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

BASTOS, A. L.; BARRETO, M. L. M.; TEIXEIRA, K. M. D.; PINTO, N. M. A. A política de atendimento nas instituições de educação infantil públicas do município de Viçosa, MG: entre a realidade e as proposições legais e teóricas. **OIKOS – Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 18, n. 3, p. 29-50, 2007.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOTH, E. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Ed.). **Handbook of theory and research for sociology of education**. New York: Greenwood, 1980.

_____, P. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL – **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação/constituicao.php>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

_____. Decreto nº 977, de 10 de setembro de 1993. **Dispõe sobre a assistência pré-escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0977.htm>. Acesso em: 11 set. 2011.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 16 jun. 2011.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 16 jun. 2011.

BRUSCHINI, M. C. A. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p-93-123, 2009.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CHIAVENATO, I. **Iniciação à Administração de Recursos Humanos (ARH)**. São Paulo: Manole, 2010.

DA SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 2001. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/2367267/DA-SILVA-MENEZES-2001-Metodologia-da-pesquisa-e-elaboracao-de-dissertacao>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. Rede social de apoio durante as transições familiares decorrentes dos nascimento dos filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 221-231, 2000.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002

FAZITO, D.; SOARES, W. **Análise das redes de migração interna no Brasil (1986-1991): aspectos macroestruturais**. (2010). Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

FLECK, A.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, p. 31-38, 2003. Número especial.

FRASER, N. O que é crítico na teoria crítica. In: CORNELL, D.; BENHABIB, S. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

GASPARONI, M. M. **Famílias, redes e empoderamento**: uma análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Ubá-MG. 2007. Tese (Dissertação de Mestrado) – Universidade federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2007.

GIELE, J. Z.; ELDER, G. H., JR. **Methods of life course research**: qualitative and quantitative approaches. (1998). Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?isbn=0761914374...>>. Acesso em: 19 maio. 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIONGO, C. D. A perspectiva de rede social na terapia familiar. **Pensando Famílias**, n. 3, 2001.

GREENSTEIN, T. N. Economic dependence, gender, and the division of labor in home: A replication and extension. **Journal of Marriage and Family**, v. 62, n. 2, p. 322-335, 2000.

HERRERA, W. **Gestão e liderança**. Publicado em 22/05/2007. Disponível em: <<http://mmwww.portaldomarketing.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados socioeconômicos de 2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 maio 2011.

_____. **Dados do Censo populacional de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo_2010>. Acesso em: 15 mar. 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA MINAS GERAIS (IFMG) – *Campus* Bambuí. **Dados funcionais**. Bambuí, MG: Coordenação Geral de Recursos Humanos (CGRH), 2009.

_____. **Dados funcionais**. Bambuí, MG: Coordenação Geral de Recursos Humanos (CGRH), 2010.

_____. **Histórico da Instituição**. 2011. Disponível em: <<http://www.cefetBambuí.edu.br>>. Acesso em: 5 jan. 2011.

JÓIA, A. **Cuidar e educar**: determinantes históricos e tendências atuais. Disponível em: <http://www.unicaieiras.com.br/revista1/.../ArtigoAdelaide.htm>. Acesso em: 15 dez. 2010

JUSSANI, N. C.; SERAFIM, D.; MARCON, S. S.. Rede social durante a expansão da família. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online], v. 60, n. 2, p. 184-189, 2007.

KALOUSTIAN, S. M. **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994.

MACEDO, L. C. de. **O cuidado e a educação enquanto práticas indissociáveis na educação infantil**. (2010. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/.../GT07-1824--Int.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Sec.Educ. Básica **Política Nacional de Educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação**. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfpolit2006.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

PINHEIRO, M. H. C.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A família como base. In: WEBER, L. N. D. (Org.). **Família e desenvolvimento: visões interdisciplinares**. Curitiba: Juruá, 2008.

PORTUGAL, S. **Novas famílias, modos antigos - As redes sociais na produção de bem-estar**. 2006. Tese (Doutoramento em Sociologia) - FEUC, Coimbra, 2006.

QUEIROZ, J. F. **A educação como direito e dever**. Leme, SP: Mundo Jurídico, 2003. 187 p.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. A escolha do cuidado alternativo para o bebê e a criança pequena. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 3, p. 497-503, 2004.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Quando o executivo é uma “dama”: A mulher, a carreira, e as relações familiares. In: CERES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003. p. 15-30.

SHERER-WARREN, I. **Rede de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

SOUZA, I. F. **Redes sociais e maternidade: diferentes vivências em uma instituição de ensino superior**. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

SZYMANZKI, H. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Liber Livro, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Trad. por Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WAGNER, A.; PREDEBON, J.; MOSMANN, C.; VERZA, F. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: teorias e pesquisas**, Brasília, v. 21, n. 2, maio/ago. 2005.

WEBER, L. N. D. (Org.). **Família e desenvolvimento: visões interdisciplinares.**
Curitiba: Juruá, 2008.

APÉNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados de controle:	
Nº _____	Data: __/__/__ Hora inicial: _____ Hora final: _____ Duração: _____
Nome: _____	
Endereço: _____	
Local da entrevista: _____	

I – Caracterização da Família

1. Lista de pessoas residentes no domicílio

	Nome	A	B	C	D	E	E	F	Data de nascimento
.01									
.02									
.03									
.04									
.05									
.06									
.07									
.08									
.09									
.10									

Quadro de apoio

	A	B	C	D	E	F
	Parentesco	Estado civil	Sexo	Escolaridade	Situação	Raça /cor
1	Mãe	Casado(a)	Masc	Sem instrução ou analfabeto funcional	Completo	Branca
2	Pai	União consensual	Fem.	Educação Infantil	Incompleto paralisado	Negra
3	Filho(a)	Viúvo(a)		Ensino fundamental	Incompleto com frequência	Parda
4	Filho(a) Adotivo(a)	Divorciado		Ensino médio / Técnico profissionalizante	Se criança: qual série ela frequenta	Amarela
5	Enteado (a)	Separado(a)		Supletivo / EJA		indígena
6	Avô(a)	Solteiro(a)		Superior		
7	Neto(a)			Lato Sensu		
8	Genro/nora			Strictu Sensu (Mestrado)		
9	Outro parente			Doutorado		
10	Sem parentesco			Pós-Doutorado		

2) Por que veio para Bambuí?

3) Possui parentes em Bambuí? ? não ? sim (Identificar abaixo)

4) Caso tenha parentes: Na sua vinda para Bambuí, o fato de ter parentes na cidade interferiu na decisão de vir morar aqui? De que forma?

5) Você teve dificuldades nos seus primeiros tempos em Bambuí?

6) Essas dificuldades estavam associadas ao cuidado dos seus filhos? Conseguiu saná-las? De que forma?

II - Perfil sócio econômico da família

Nº lista 1.1	Ocupação principal	A	B	C	D	E

Obs.: o quadro “nº lista 1.1” se refere ao morador correspondente ao número de ordem da lista 1.1 acima.

Quadro de apoio:

	A	B	C	D	E
	Ocupação principal	Renda	Horas trabalhadas por semana	Área de morada	Tempo de residência em Bambuí
1	Docente no IFMG	Até R\$ 510,00	12 horas	Urbana	Menos de 1 ano
2	Emprego Formal	R\$ 510,01 a R\$ 1.020,00	24 horas	Rural	De 1 a 2 anos
3	Emprego Informal	R\$ 1.020,01 a R\$ 2.040,00	30 horas		De 2 a 3 anos
4	Trabalho Ocasional	R\$ 2.040,01 a R\$ 3.060,00	36 horas		De 3 a 4 anos
5	Autônomo	R\$ 3.060,01 a R\$ 4.080,00	44 horas		De 4 a 5 anos
6	Cooperado	R\$ 4.080,01 a R\$ 5.100,00	Mais de 44		De 5 a 6 anos
7	Empregador	R\$ 5.100,01 a R\$ 6.020,00			Mais de 6 anos
8	Outros (especificar)	R\$ 6.020,01 a R\$ 7.040,00			
9	Desempregado	Acima de R\$ 7.040,01			

III - Tipologia e densidade das redes sociais de apoio da família

1) Até o primeiro ano de vida da criança, quem se responsabilizava por ela na ausência dos pais?

Familiares/Amigos/Vizinhos: _____? parcial manhã ?
parcial tarde ?integral

? IEI - período: ? parcial manhã ? parcial tarde ?integral

? Cuidador pago: ? parcial manhã ? parcial tarde ?integral

? Outros: _____ ? parcial manhã ? parcial tarde ?integral

Esclarecimentos :

1.1 - Em que local?

- ? Na própria residência da criança. ? Na residência de quem cuida da criança
? IEI ? Outros _____

2) E do 1º ao 6º ano de vida da criança, quem se responsabilizava por ela na ausência dos pais?

Familiares/Amigos/Vizinhos:: _____ ? parcial manhã ?
parcial tarde ?integral

? IEI - período: ? parcial manhã ? parcial tarde ?integral

? responsável pago: ? parcial manhã ? parcial tarde ?integral

? Outros: _____ ? parcial manhã ? parcial tarde ?integral

Esclarecimentos :

2.1 - Em que local ?

? Na própria residência da criança. ? Na residência de quem se responsabilizava pela criança

? IEI ? Outros _____

3) Qual o número de horas que a criança fica com terceiros quando os pais estão fora do lar, trabalhando?

? menos de oito horas diárias ? mais de oito horas diárias.

Especificar tipos de atividades realizadas:

4) Quais fatores influenciaram o seu processo de escolha do cuidador da criança?

5) Quanto você paga pelo serviço?

6) Caso não seja pago, qual valor você daria por esse cuidado?

7) O que você espera que tenha esse cuidado (expectativas)?

8) Como está pautada a sua relação com o cuidador (normas que regem a relação)?

9) No caso da criança frequentar IEI:

Lista 1.1	A	B	C – Escola que frequenta	D	E

Quadro de apoio:

	A	B	D	E
	Tipo de escola	Tipo de Instituição	Período	Tempo de frequência
1	Creche	Pública	Integral	Até 1 ano
2	Pré-escola	Privada	manhã	De 1 a dois anos
3			Tarde	De 2 a 3 anos
4				De 3 a 4 anos
5				De 4 a 5 anos
6				De 5 a seis anos

IV - Ações e eficácia das redes sociais de apoio à família no cuidado e na educação dos filhos menores de 6 anos de idade

1. Família e cuidador familiar:

1.1) O pai colabora no cuidado e na educação dos filhos?

? não ? sim ? em termos

Justificativa:

1.2) A mãe colabora no cuidado e na educação dos filhos?

? não ? sim ? em termos

Justificativa:

1.3) Outros membros da família/amigos/vizinhos colaboram no cuidado e na educação dos filhos?

? não ? sim ? em termos

Justificativa:

Qual membro (identificar):

1.4) Quem prepara a criança de até 6 anos de idade e a leva para a escola?

? Pai ? Mãe ? Ambos ? Cuidador familiar ? Outros

1.5) Quem ajuda nas tarefas escolares?

? Pai ? Mãe ? Ambos ? Cuidador familiar ? Outros

1.6) Em que momento do dia se dá a ajuda nas tarefas escolares?

? Manhã ? Tarde? Noite Especificar: _____

1.7) Nos finais de semana, como a família se organiza quanto ao cuidado e a educação dos filhos?

2 – Cuidador pago:

2.1) No período em que os pais ficam ausentes e quando a criança está com o cuidador pago, houve ocorrência de incidente com a criança, de forma que a família

sofreu um transtorno?ferimento ? febre ? convulsão ? abandono pelo cuidador
? outros

2.2) Qual a participação do cuidador pago no cuidado e na educação dos filhos menores de 6 anos de idade?

2.3) Como foi feita a escolha do cuidador (identificar as redes)

2.4) Há quanto tempo está com o cuidador (meses/anos)?

2.5) Já houve mudança do cuidador pago? Sim/Não. Em caso positivo, por qual motivo?

2.6) Caso tenha ocorrido mudanças, como se deu a adaptação da criança (atividades desenvolvidas/período/principal membro familiar envolvido)?

V – Necessidades e limitações para o cuidado e a educação de filhos menores de 6 anos de idade

1. Do Cuidar:

1.1) Considerando crianças até 6 anos de idade, o que você acha que é cuidar?

1.2) O que você considera mais importante no cuidado de crianças de até 6 anos de idade?

1.3) De quem você acha que deva ser a responsabilidade de cuidar de crianças de até 6 anos de idade?

1.4) Quem cuida também educa?

1.5) Quem assume o papel de cuidar do filho no seu lar?

1.6) De que forma se dá esse cuidar?

1.7) O que você acha mais difícil no cuidar de crianças até 6 anos de idade?

1.8) O que você acha mais importante no cuidar de crianças até 6 anos de idade?

1.9) Quem você acha que deve ser o principal responsável pelos cuidados de crianças até 6 anos de idade? Em que lugar devem ser dados esses cuidados?

2. Do Educar:

2.1) Considerando crianças até 6 anos de idade, o que você acha que é educar?

2.2) O que você considera mais importante na educação de crianças de até 6 anos de idade?

- 2.3) De quem você acha que deva ser a responsabilidade de educar crianças de até 6 anos de idade?
- 2.4) Quem educa também cuida?
- 2.5) Quem assume o papel de educar o filho no seu lar?
- 2.6) De que forma se dá essa educação?
- 2.7) O que você acha mais difícil no educar de crianças até 6 anos de idade?
- 2.8) O que você acha mais importante no educar de crianças até 6 anos de idade?
- 2.9) Quem você acha que deve ser o principal responsável pela educação de crianças até 6 anos de idade? Em que lugar deve ser dada essa educação?
- 2.10) O cuidar e educar são praticados em momentos distintos? Explique.

VI - Importância e eficácia das redes sociais formais (Instituições) de educação infantil

- 1) A partir de qual idade você acha que a criança deve entrar na IEI?
- 2) A criança frequenta IEI? ? Sim ? Não = Justificativa:
- 3) A decisão de matriculá-la na IEI tem a ver com impossibilidades de que o cuidado e a educação ocorram na família? Em outras palavras, caso fosse possível, você preferiria que a criança ficasse sob os cuidados e a educação da família (ou de algum familiar)?
- 4) No caso de a criança frequentar a IEI:
- 4.1) Desde quando a criança frequenta a IEI?
- 4.2) Que idade a criança tinha na época?
- 4.3) Como foi a adaptação da criança na escola?
- 4.4) Você está satisfeita com o serviço prestado pela escola?
- ? Sim ? Não Justificativa:
-
- 5) No caso de a criança não frequentar IEI:
- 5.1) Em algum momento você repensa sobre colocá-la na escola?
- 5.2) O que mais pesou na sua decisão de não colocá-la em uma IEI?
- 5.3) Especificar o motivo de a criança não frequentar a IEI

VII - Inexistência ou impossibilidades das redes de apoio

- 1) Houve algum momento em que o responsável pela criança (pai ou mãe) não pôde contar com ajuda de terceiros no cuidado e na educação do(s) filho(s)?

- 2) No caso de resposta afirmativa, qual estratégia foi utilizada?
- 3) Como o fato refletiu na sua vida?
- 4) Se houve consequências, quais foram?
- 5) Gostaria de que o IFMG – *Campus* Bambuí oferecesse algum tipo de apoio que contribuísse para o cuidado e a educação do(s) seu(s) filho(s)?